



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

DIÁRIO ELETRÔNICO MPDFT

Edição n.º 2.626, 26 de fevereiro de 2024.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR
Procurador-Geral de Justiça

SELMA LEITE DO NASCIMENTO SAUERBRONN DE SOUZA
Vice-Procuradora-Geral de Justiça Jurídico-Administrativa

ANTÔNIO MARCOS DEZAN
Vice-Procurador-Geral de Justiça Institucional

FRANCISCO LEITE DE OLIVEIRA
Ouvidor

NELSON FARACO DE FREITAS
Corregedor-Geral

NÍSIO EDMUNDO TOSTES RIBEIRO FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

CLAUDIA BRAGA TOMELIN
Secretária-Geral



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT, Brasília-DF - CEP 70.091-900.

Horário de funcionamento para atendimento ao público externo: em dias úteis, das 12h às 18h

Telefones: (61) 3343-9500 - Plantão (sábados, domingos e feriados): (61) 3214-4444 | 3103-6217 | 3103-6219



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 155, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.5462.0015376/2024-93,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor ALIOMAR LUIS LIMA DE OLIVEIRA, matrícula 4240-4, Analista do MPU/Gestão Pública da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Secretário Executivo da Secretaria Executiva da Ouvidoria, código CC-04 (50010019).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 22/02/2024, às 14:41, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0898010** e o código CRC **E1BBDAC**.

19.04.5462.0015376/2024-93



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 157, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024

Designa membros em atuação nas Promotorias de Justiça Cíveis, Família, Órfãos e Sucessões para atuarem como membros auxiliares nas 61ª e 65ª Promotorias de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do MPDFT.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159,

CONSIDERANDO o disposto na Portaria Normativa PGJ nº 897, de 14 de abril de 2023, que cria, no âmbito do MPDFT, o Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta feita aos membros em lotação nas Promotorias de Justiça de Família, integrantes do rol de membros auxiliares do NUMEC-PRE, por meio de mensagem eletrônica, via e-mail (chefegab@mpdft.mp.br), e pelo whatsapp da Chefia de Gabinete, ocorrida no dia 16 de fevereiro de 2024; e

CONSIDERANDO o disposto no Processo SEI nº 19.04.3756.0015998/2024-62,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Promotora de Justiça KÁTIA CHRISTINA LEMOS para officiar, nos períodos de 24 de fevereiro a 1º de março de 2024, de 23 a 29 de março de 2024 e de 20 a 26 de abril de 2024, junto à 61ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 2º Designar o Promotor de Justiça MILTON DE CARLOS JÚNIOR para officiar, nos períodos de 24 de fevereiro a 1º de março de 2024, de 23 a 29 de março de 2024 e de 20 a 26 de abril de 2024, junto à 65ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 3º Designar a Promotora de Justiça AMANDA TUMA para officiar, nos períodos de 2 a 8 de março de 2024, de 30 de março a 5 de abril de 2024 e de 27 de abril a 3 de maio de 2024, junto à 61ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 4º Designar o Promotor de Justiça RICARDO WITTLER CONTARDO para officiar, nos períodos de 2 a 8 de março de 2024, de 30 de março a 5 de abril de 2024 e de 27 de abril a 3 de maio

de 2024, junto à 65ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 5º Designar a Promotora de Justiça LINA MARIA DA MATTA E SILVA GLANSMANN para officiar, nos períodos de 9 a 15 de março de 2024, de 6 a 12 de abril de 2024 e de 4 a 10 de maio de 2024, junto à 61ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 6º Designar o Promotor de Justiça HUDSON DE MORAES para officiar, nos períodos de 9 a 15 de março de 2024, de 6 a 12 de abril de 2024 e de 4 a 10 de maio de 2024, junto à 65ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 7º Designar o Promotor de Justiça FABIANO COELHO VIEIRA para officiar, nos períodos de 16 a 22 de março de 2024, de 13 a 19 de abril de 2024 e de 11 a 17 de maio de 2024, junto à 61ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 8º Designar o Promotor de Justiça DOUGLAS WILLIAM MAGALHÃES para officiar, nos períodos de 16 a 22 de março de 2024, de 13 a 19 de abril de 2024 e de 11 a 17 de maio de 2024, junto à 65ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, **Procurador-Geral de Justiça**, em 22/02/2024, às 14:43, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0898267** e o código CRC **74BDC1C4**.

19.04.3756.0015998/2024-62



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 159, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO a solicitação constante do Processo SEI nº 19.04.4510.0007065/2024-53,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a cessão do servidor MARCELO TAKATSU, Analista do MPU/Desenvolvimento de Sistemas, matrícula 5343, para exercer a Função Comissionada Executiva de Coordenador de Gestão de Projetos de TIC, FCE 1.11, da Coordenação-Geral de Relacionamento, Governança e Projetos, do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde, da Secretaria de Informação e Saúde Digital, do Ministério Saúde, pelo prazo de 1 (um) ano, com fulcro no art. 93, inciso I, §1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, c/c art. 3º, inciso I e § 1º, da Portaria PGR/MPU nº 15, de 21 de março de 2019.

Parágrafo único. O servidor deverá realizar a atualização anual de seus dados cadastrais, em observância ao inciso XIX do art. 117 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, Procurador-Geral de Justiça, em 22/02/2024, às 14:48, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0900879** e o código CRC **A4E67AC2**.

19.04.4510.0007065/2024-53



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 160, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.3701.0016179/2024-74,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora MARTHA EDNA DOS PASSOS COSTA SOUZA, matrícula 3073-2, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Assessor Chefe II da Assessoria de Legislação de Gestão de Pessoas da Secretaria de Gestão de Pessoas, código CC-03 (62050113), exonerando, em consequência, a servidora FLAVIA FRANCINNY BRITO DE OLIVEIRA, matrícula 4669-8.

Art. 2º Nomear a servidora JOYCE MORATO DE SOUSA MAIA, matrícula 4243-9, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Assessor Chefe de Apoio Operacional da Assessoria de Legislação de Gestão de Pessoas da Secretaria de Gestão de Pessoas, código CC-01 (62050097), exonerando, em consequência, a servidora MARTHA EDNA DOS PASSOS COSTA SOUZA, matrícula 3073-2.

Art. 3º Designar a servidora JOYCE MORATO DE SOUSA MAIA, matrícula 4243-9, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Assessor Chefe II da Assessoria de Legislação de Gestão de Pessoas da Secretaria de Gestão de Pessoas, código CC-03 (62050113), dispensando, em consequência, a servidora MARTHA EDNA DOS PASSOS COSTA SOUZA, matrícula 3073-2.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 22/02/2024, às 14:41, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0902709** e o código CRC **7940ADE9**.

19.04.3701.0016179/2024-74



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 162, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024

Altera a Portaria PGJ nº 110, de 5 de fevereiro de 2024, que designa membros do MPDFT para, no período 1º a 29 de fevereiro de 2024, oficiarem no plantão processual de 1ª instância do MPDFT.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.3756.0011783/2024-86,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Portaria PGJ nº 110, de 5 de fevereiro de 2024, no que se refere à designação de plantonistas presenciais para o plantão de 1ª instância do MPDFT, nos dias 25 e 28 de fevereiro de 2024, que passa a vigorar da seguinte maneira:

DATA	MEMBRO	DESIGNAÇÃO
25/2/2024	- FERNANDA MOLYNA (278)	AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA
28/2/2024	- LEANDRO LARA MOREIRA (311)	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 23/02/2024, às 15:21, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0906297** e o código CRC **0BAC6E65**.

19.04.3756.0011783/2024-86



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 163, DE 21 DE FEVEREIRO 2024

Autoriza o afastamento do Promotor de Justiça ROBERTO CARLOS BATISTA para participar do XXII Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, a realizar-se nos dias 24, 25 e 26 de abril de 2024, em Belém/PA.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.3389.0009678/2024-55,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o afastamento do Promotor de Justiça ROBERTO CARLOS BATISTA para participar do XXII Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, a realizar-se nos dias 24, 25 e 26 de abril de 2024, em Belém/PA, com prejuízo das suas atuais designações.

Parágrafo único. O afastamento dar-se-á com ônus de diárias e passagens aéreas para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 22/02/2024, às 14:48, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0905881** e o código CRC **C60314A1**.

19.04.3389.0009678/2024-55



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 173, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO a solicitação constante do Procedimento SEI nº 19.04.4343.0003637/2023-57,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a cessão do servidor ARTHUR FELIPE CARDOSO RIBEIRO DA COSTA, Analista do MPU/Direito, matrícula 5506, para continuar exercendo, no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, a função de confiança de Assessor Adjunto V, código FC-05, do Núcleo de Feitos Previdenciários, Contratos e Matérias Administrativas Diversas do Gabinete do Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 14 de abril de 2024, com fulcro no art. 93, inciso I e §1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, c/c art. 3º, inciso I e §§ 1º, 2º e 5º, da Portaria PGR/MPU nº 15, de 21 de março de 2019.

Parágrafo único. O servidor deverá realizar a atualização anual de seus dados cadastrais, em observância ao inciso XIX do art. 117 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, Procurador-Geral de Justiça, em 23/02/2024, às 16:31, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0912543** e o código CRC **0F0584B7**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 174, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024

Autoriza a participação do Promotor de Justiça **MARCEL BERNARDI MARQUES** no Encontro Presencial do Grupo Nacional do Patrimônio Público – GNPP/CNPG, nos dias 4 e 5 de abril de 2024, em Goiânia/GO.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.3670.0014763/2024-68,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a participação do Promotor de Justiça **MARCEL BERNARDI MARQUES** no Encontro Presencial do Grupo Nacional do Patrimônio Público do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais – GNPP/CNPG, nos dias 4 e 5 de abril de 2024, em Goiânia/GO, sem prejuízo das suas atuais designações.

Parágrafo único. A participação dar-se-á com ônus de deslocamento em veículo próprio e de diárias para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, **Procurador-Geral de Justiça**, em 23/02/2024, às 16:32, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0912591** e o código CRC **54747721**.

19.04.3670.0014763/2024-68



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 175, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO a solicitação constante do Processo SEI nº 19.04.4343.0008174/2023-69,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a cessão da servidora JANAÍNA GOMES AGUIAR CASCÃO, Analista do MPU/Direito, matrícula nº 3634, para continuar a exercer o cargo em comissão de Assessor de Ministro, código CJ-3, no Gabinete do Ministro Benedito Gonçalves, no Superior Tribunal de Justiça, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 21 de março de 2024, com fulcro no art. 93, inciso I, §1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, c/c art. 3º, inciso I e § 1º, da Portaria PGR/MPU nº 15, de 21 de março de 2019.

Parágrafo único. A servidora deverá realizar a atualização anual de seus dados cadastrais, em observância ao inciso XIX do art. 117 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, Procurador-Geral de Justiça, em 23/02/2024, às 16:19, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0912608** e o código CRC **018F6DDD**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 176, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024

Autoriza a participação de membros do MPDFT no evento Record TV nas Cidades, a realizar-se no dia 24 de fevereiro de 2024, em Santa Maria/DF.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.3105.0009786/2024-41,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a participação dos Procuradores de Justiça JOSÉ EDUARDO SABO PAES e ANTONIO MARCOS DEZAN, dos Promotores de Justiça JAMIL AMORIM FILHO, ANA PAULA TOMÁS FERREIRA, VYVYANY VIANA NASCIMENTO DE AZEVEDO GOULART, ANDRÉ LUIZ PEREIRA DO LAGO CÉSAR, ALINE RANIERO FONSECA NAOUM, DANIELA ALBUQUERQUE MARQUES e BERNARDO BARBOSA MATOS e os Promotores de Justiça Adjuntos SOFIA SCHLOSSER, KAROLINE ARAÚJO DE PRADO e OTÁVIO BINATO JÚNIOR no evento Record TV nas Cidades, a realizar-se no dia 24 de fevereiro de 2024, em Santa Maria/DF, com o intuito de realizar a promoção da cidadania e prestar esclarecimentos à população sobre o impacto do Ministério Público no incremento ao acesso de serviços essenciais através do monitoramento e fiscalização das diversas políticas públicas do Distrito Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, **Procurador-Geral de Justiça**, em 23/02/2024, às 17:59, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0913908** e o código CRC **F2D18C46**.

19.04.3105.0009786/2024-41



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA NORMATIVA Nº 986, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2024

Institui e regulamenta o Programa de Residência do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e revoga a Portaria Normativa PGJ nº 971, de 13 de dezembro de 2023.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o teor da Resolução nº 246, de 24 de maio de 2022, do Conselho Nacional do Ministério Público, que autorizou os ramos e as unidades do Ministério Público brasileiro a instituírem programas de residência;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação interna para implementação do Programa de Residência no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

CONSIDERANDO o disposto no art. 205 da Constituição da República, que consagra direito amplo à educação, traçando suas potencialidades no campo existencial do indivíduo e sua especial relevância para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO os encaminhamentos apresentados pela comissão instituída pela Portaria PGJ nº 59, de 26 de janeiro de 2024, para realização do processo seletivo de residente do MPDFT; e

CONSIDERANDO o processo SEI nº 19.04.3218.0105856/2023-82,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Instituir o Programa MPDFT Residente, que constitui modalidade de ensino supervisionado, com a finalidade de proporcionar o aprimoramento da formação teórica e prática dos profissionais do sistema de justiça e de áreas correlatas.

§ 1º O Programa MPDFT Residente dar-se-á por meio de ensino, pesquisa e extensão, e auxílio prático a membros (as) e servidores (as) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios no

desempenho de suas atribuições institucionais.

§ 2º A residência não cria vínculo empregatício de qualquer natureza entre o (a) residente e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

§ 3º Ao longo do programa, o (a) residente deverá receber orientações teóricas e práticas sobre a atuação do Ministério Público e será supervisionado (a) por um (a) membro (a) ou servidor (a) com formação na área correspondente.

§ 4º A implementação do programa de residência será condicionada à conveniência e oportunidade administrativa, observando-se a disponibilidade orçamentária e financeira.

CAPÍTULO II

DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA

Seção I

Das Modalidades

Art. 2º O programa de Residência será composto por:

I – residência jurídica: destinada a bacharéis em Direito que tenham concluído o curso de graduação há, no máximo, 5 (cinco) anos, ou que estejam cursando pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* em tema jurídico, considerando o interesse institucional;

II – residência em área de gestão ou áreas correlatas à atuação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios: destinada a graduados (as) que tenham concluído seus cursos nas áreas de conhecimento especificadas no Anexo Único desta Portaria Normativa há, no máximo, 5 (cinco) anos, contados da data do protocolo da inscrição do (a) candidato (a) ou que estejam cursando pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* nas áreas especificadas, considerando o interesse institucional.

§ 1º O prazo de 5 (cinco) anos, mencionado nos incisos I e II, deverá ser contado entre a data da colação de grau e a data do protocolo de inscrição de cada candidato.

§ 2º Consideram-se programas de pós-graduação, para fins de residência, os ministrados por instituições de ensino, públicas ou privadas, reconhecidas pelo Ministério da Educação, de forma direta ou conveniada, presencial ou à distância.

§ 3º Os cursos de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* deverão possuir carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula.

§ 4º Consideram-se pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* cursos de especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado.

§ 5º O (A) residente de pós-graduação deverá estar vinculado (a) ao respectivo programa de pós-graduação enquanto estiver vinculado (a) ao Programa MPDFT Residente.

§ 6º O (A) residente que concluir o curso de pós-graduação durante o Programa MPDFT Residente poderá renovar o termo de compromisso de residência mediante o início de nova pós-graduação, devidamente comprovado, observado o prazo máximo estabelecido no art. 4º desta Portaria.

Art. 3º O (A) residente poderá participar das atividades acadêmicas oferecidas pela Secretaria de Educação e Desenvolvimento Corporativo – Secor e restritas ao público interno do MPDFT.

Seção II

Da Duração e da Jornada

Art. 4º A duração da residência será de até 36 (trinta e seis) meses, sem possibilidade de prorrogação, com as datas de início e de término fixadas em termo de compromisso específico.

Art. 5º A jornada de atividades de residência será de 30 (trinta) horas semanais, não podendo a jornada diária superar 8 (oito) horas.

§ 1º Quando a jornada diária for igual ou superior a 6 (seis) horas, o (a) residente deverá fazer um intervalo para descanso de, no mínimo, 30 (trinta) minutos.

§ 2º A jornada de trabalho deverá ser cumprida durante o horário do expediente determinado no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

§ 3º Os primeiros 6 (seis) meses de trabalho do (a) residente deverão ser cumpridos em regime presencial.

§ 4º O (A) residente, após 6 (seis) meses de efetivo exercício, poderá requerer autorização para realizar as suas atividades em regime de teletrabalho.

§ 5º A chefia imediata fará avaliação da oportunidade e conveniência de autorizar o regime de teletrabalho ao (à) residente.

§ 6º O regime de teletrabalho deverá ser solicitado à Secretaria de Gestão de Pessoas e autorizado pela Secretaria-Geral, ouvido (a) o (a) orientador (a).

§ 7º Excepcionalmente, considerando a especificidade da atividade a ser desenvolvida pelo (a) residente, a Secretária-Geral, mediante pedido fundamentado da chefia máxima da unidade a qual o (a) residente estiver vinculado (a), poderá conceder teletrabalho desde o primeiro dia de contratação.

CAPÍTULO III

ATRIBUIÇÕES, DIREITOS, DEVERES E VEDAÇÕES

Seção I

Das Atribuições

Art. 6º São atribuições comuns a todos os (as) residentes:

I – auxiliar a execução das atividades administrativas desempenhadas pelo órgão a que estiver vinculado;

II – desenvolver atividades correlatas à área de formação e pesquisas que instrumentalizem as ações das diferentes áreas do Ministério Público na consecução dos objetivos institucionais;

III – levantar e tratar dados necessários ou convenientes ao exercício de suas atividades;

IV – realizar atividades de desenvolvimento de projetos, ações de melhoria, apoio administrativo e suporte técnico dentro da sua área de formação;

V – atender ao público, consoante orientações de seu (sua) orientador (a) e diretrizes traçadas pela Assessoria de Políticas de Atendimento ao Público – APA e pelo Núcleo de Atenção às Vítimas – NUAV;

VI – desempenhar quaisquer outras atividades compatíveis com sua formação acadêmica.

Parágrafo único. Além das atribuições a que se refere o caput deste artigo, compete aos (às) residentes jurídicos (as):

I – desenvolver atividades relacionadas à análise, triagem e movimentação de processos;

II – elaborar relatórios para fundamentar atos processuais;

III – estudar as matérias que lhes sejam confiadas, inclusive minutando peças para análise do órgão de execução respectivo;

IV – levantar dados, de conteúdo doutrinário ou jurisprudencial, necessários ou convenientes ao correspondente exercício funcional;

V – auxiliar a movimentação dos autos administrativos, judiciais e extrajudiciais, acompanhando a realização dos atos e termos correspondentes;

VI – executar outras atividades necessárias ao aprendizado, de modo a impulsionar os processos judiciais, extrajudiciais e de gestão administrativa da unidade em que estiver lotado (a).

Art. 7º O (A) orientador (a) da residência possui, entre outras, as seguintes atribuições:

I – exercer a fiscalização permanente das atividades desenvolvidas pelo (a) residente;

II – proceder às orientações necessárias à efetivação dos objetivos e das finalidades da residência;

III – fiscalizar o cumprimento da jornada de atividades a que estiver sujeito (a) o (a) residente, por meio do sistema de frequência;

IV – avaliar, semestralmente, o desempenho do (a) residente, dando-lhe ciência.

Seção II Dos Direitos

Art. 8º O (A) residente terá direito a:

I – bolsa-residência mensal;

II – auxílio-transporte, quando em regime de trabalho presencial;

III – período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias;

IV – ausentar-se do serviço:

a) por 8 (oito) dias consecutivos, em razão de falecimento do (a) cônjuge, companheiro (a) ou parente até o segundo grau, inclusive;

b) por 1 (um) dia, para alistamento militar ou seleção para o serviço militar;

c) pelo dobro de dias de trabalho prestado à Justiça Eleitoral durante a vigência do termo de compromisso;

d) por 1 (um) dia por semestre, para doação de sangue;

e) por, no máximo, 3 (três) dias por semestre, em virtude de participação em cursos, congressos, palestras, feira de ciências ou jornadas acadêmicas, desde que previamente autorizado pelo(a) orientador (a) e com posterior apresentação do certificado;

f) por 120 (cento e vinte) dias ou até o término da vigência do termo de compromisso, em caso de licença-maternidade;

g) por 8 (oito) dias consecutivos, para casamento;

h) por 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em caso de nascimento de filho (a);

i) por até 3 (três) dias no semestre, por motivo de doença em pessoa da família, assim considerada o (a) cônjuge ou companheiro (a), pais, padrasto ou madrastra, filhos e enteados ou dependente que viva às suas expensas;

j) por até 30 (trinta) dias consecutivos, por motivo de doença que impossibilite o exercício das suas funções.

V – emissão de certificado de residência expedido pela Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP, desde que concluído o Programa MPDFT Residente e cumpridas as normas previstas nesta Portaria e as estabelecidas no termo de compromisso.

§ 1º A fruição do recesso remunerado poderá ser fracionada em períodos não inferiores a 10 (dez) dias consecutivos, quando houver interesse do (a) residente e do Ministério Público.

§ 2º O pedido de recesso deverá ser autorizado pelo (a) orientador (a) do (a) residente e solicitado à Secretaria de Gestão de Pessoas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do início do período pretendido.

Art. 9º Os valores da bolsa-residência e do auxílio-transporte serão definidos por meio de portaria do Procurador-Geral de Justiça.

§ 1º A bolsa-residência mensal será paga proporcionalmente à frequência mensal do (a) residente.

§ 2º Serão debitados do valor da bolsa as horas ou os minutos não compensados de atrasos ou de saídas antecipadas, e as faltas injustificadas.

§ 3º Serão descontados do valor do auxílio-transporte os dias correspondentes às licenças, ausências, faltas injustificadas, trabalho remoto e gozo de recesso.

Seção III

Dos Deveres

Art. 10. São deveres do (a) residente:

I – atender às normas internas do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, principalmente aquelas relativas ao Programa MPDFT Residente, e exercer suas atividades com zelo, urbanidade e assiduidade;

II – atender à orientação que lhe for dada pelo (a) orientador (a);

III – cumprir o horário de atividades que lhe for fixado no termo de compromisso, registrando a frequência na forma estabelecida pela Instituição;

IV – comprovar, semestralmente, quando for o caso, a renovação da matrícula no respectivo curso;

V – zelar pelos bens patrimoniais do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

VI – manter sigilo sobre fatos de que tiver conhecimento no exercício de suas atividades;

VII – acatar as convocações, decisões e atos dos órgãos do Ministério Público relacionados ao Programa MPDFT Residente;

VIII – manter a urbanidade no trato com as pessoas no ambiente de trabalho;

IX – exercer suas atividades com comprometimento, retidão e dignidade;

X – comunicar imediatamente à SGP qualquer alteração relacionada à sua atividade acadêmica;

XI – manter atualizado seu cadastro, devendo anualmente fazer o recadastramento;

XII – comunicar o pedido de desligamento com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 11. Constituem também deveres do (a) residente, quando se encontrar em trabalho remoto:

I – atender às convocações para comparecimento às dependências do órgão, sempre que houver necessidade da unidade ou interesse da Administração;

II – manter os telefones de contato atualizados e ativos nos dias úteis, no horário de funcionamento do órgão;

III – consultar nos dias úteis a sua conta de e-mail funcional, no mínimo por duas vezes, e estar disponível por meio da plataforma Teams;

IV – manter a chefia imediata e o seu (sua) orientador (a) informados acerca da evolução do trabalho e de eventuais dificuldades que possam atrasar ou prejudicar o seu andamento;

V – reunir-se, conforme definição da chefia imediata ou de seu (sua) orientador (a), para apresentar resultados parciais e finais e obter orientações e informações, de modo a proporcionar o

acompanhamento dos trabalhos;

VI – preservar o sigilo dos dados acessados de forma remota, mediante observância das normas internas de segurança da informação e de comunicação, bem como manter atualizados os sistemas institucionais instalados nos equipamentos de trabalho.

Seção IV

Das Vedações

Art. 12. Ao (À) residente é vedado:

I – assinar, mesmo que em conjunto com seu (sua) orientador (a), documento de responsabilidade privativa de integrante do Ministério Público;

II – ter comportamento incompatível com a natureza da atividade desempenhada;

III – identificar-se invocando sua condição de residente do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ou usar papéis com timbre institucional para qualquer finalidade alheia às atividades da residência ou do âmbito institucional;

IV – praticar quaisquer atos, processuais ou extraprocessuais, que exijam capacidade postulatória ou que constituam atribuição exclusiva de órgão de execução do Ministério Público, inclusive assinar ofícios, peças processuais ou manifestações nos autos;

V – exercer atividade privada incompatível com sua condição de residente;

VI – exercer advocacia ou atividades com esta relacionadas;

VII – exercer funções judiciárias e policiais, bem como atividades de juiz leigo ou de conciliador dos Juizados Especiais;

VIII – exercer estágio, remunerado ou não, exceto se curricular obrigatório, ou participar de programa de residência em outra instituição pública;

IX – exercer cargo, emprego ou função pública nos Poderes Judiciário e Legislativo ou na Administração Pública direta ou indireta de quaisquer dos entes federativos;

X – atuar sob orientação direta de membro(a) do Ministério Público ou de servidor (a) investido (a) em cargo de direção, de chefia ou de assessoramento com o qual tenha vínculo de cônjuge ou companheiro (a), ou parentesco até o terceiro grau, inclusive;

XI – desempenhar atividades em unidade diversa daquela para qual foi credenciado, sem que tenha sido realocado ou autorizada a sua permuta por decisão, em ambos os casos, da Secretaria de Gestão de Pessoas;

XII – exercer suas funções se, no momento da convocação para a vaga, tramitar:

a) procedimento administrativo em que seja parte; ou

b) em decorrência do previsto na alínea a, processo judicial no qual o (a) residente seja o (a) titular a oficiar e seu/sua cônjuge, companheiro (a), ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, inclusive até o 3º grau, seja parte ou possua interesse direto.

Parágrafo único. Aos residentes de Psicologia e de Serviço Social é facultado assinar relatórios, desde que em conjunto com o seu (sua) orientador (a).

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO SELETIVO

Art. 13. A admissão no Programa MPDFT Residente ocorrerá mediante processo seletivo, a partir de critérios estabelecidos em edital disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

§ 1º A organização, o planejamento e a realização de processo seletivo destinado à formação de cadastro de reserva para admissão de residentes ficará a cargo da Secretaria de Educação e Desenvolvimento Corporativo e da Secretaria de Gestão de Pessoas.

§ 2º O número total de vagas a serem oferecidas para o Programa será fixado por ato da Procuradoria-Geral de Justiça.

§ 3º A avaliação deverá ser composta por, pelo menos, uma prova objetiva, sem identificação do candidato, sendo aprovados aqueles que obtiverem a nota mínima estipulada, com classificação da maior para a menor nota.

§ 4º É facultada a realização de prova subjetiva, sem identificação do candidato, bem como de etapa de entrevista com os candidatos classificados, conforme previsão no edital do processo seletivo.

CAPÍTULO V

DO INGRESSO E DO TERMO DE COMPROMISSO

Art. 14. O efetivo ingresso no Programa MPDFT Residente dar-se-á por meio de termo de compromisso, após aprovação do (a) candidato (a) em processo seletivo.

Parágrafo único. O processo de contratação será realizado pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

Art. 15. Para ser investido na função, o (a) interessado (a) deverá apresentar cópias do documento de identidade com foto, do cadastro de pessoa física, do comprovante de endereço e, também, de:

I – diploma, certificado de conclusão de curso ou outro documento que comprove a colação de grau em curso compatível com a vaga desejada;

II – declaração da instituição de ensino contendo informação sobre a matrícula, a frequência regular, a estrutura curricular e a previsão de término de curso de pós-graduação de especialização, de mestrado, de doutorado ou de pós-doutorado em área jurídica ou de conhecimento definidas no Anexo Único deste Ato, caso o candidato tenha concluído a graduação há mais de 5 (cinco) anos, contados da data do protocolo de sua inscrição;

III – em se tratando de residência jurídica, documento comprobatório de suspensão do registro junto à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, caso seja inscrito;

IV – declaração de que não atua como residente ou estagiário em outra instituição pública ou privada;

V – declaração de que não é servidor (a) público (a);

VI – declaração do candidato indicando agência e conta corrente em instituição financeira para depósito dos valores referentes à bolsa residência e ao auxílio- transporte;

VII – certidões negativas criminais no âmbito das Justiças Federal e Estadual de seu domicílio dos últimos cinco anos;

VIII – cópia do certificado de reservista, no caso de candidato do sexo masculino;

IX – certidão de quitação das obrigações eleitorais;

X – currículo atualizado;

XI – outros documentos constantes do respectivo edital de processo seletivo.

§ 1º A não apresentação dos documentos elencados impossibilitará a admissão do candidato no Programa MPDFT Residente.

§ 2º Não apresentada a documentação necessária à admissão no prazo de 10 (dez) dias, mesmo depois de prorrogado, justificadamente, por igual período, o candidato será, automaticamente, excluído da seleção.

§ 3º O documento de que trata o inciso III deste artigo deverá ser apresentado semestralmente.

Seção I

Da Celebração do Termo de Compromisso

Art. 16. O termo de compromisso de residência será firmado pelo (a) residente e pela Secretaria de Gestão de Pessoas, observados os preceitos legais e regulamentares, devendo especificar, entre outras questões:

- I – as datas de início e término da residência;
- II – a carga horária semanal da jornada de atividades a que estará sujeito o (a) residente;
- III – a lotação na qual deverão ser exercidas as funções;
- IV – o curso em que o (a) estudante estiver matriculado (a), quando for o caso;
- V – o nome do (a) orientador (a) da residência;
- VI – as atribuições do (a) residente, observado o disposto neste Ato e no edital do processo seletivo.

Parágrafo único. Sempre que se alterarem as características elencadas no art. 15, deverá o termo de compromisso ser aditado.

CAPÍTULO VI

DA TRANSFERÊNCIA

Art. 17. É permitida a realização de permuta entre os (as) residentes, desde que haja anuência dos (as) orientadores (as) e seja observada a conveniência administrativa.

Parágrafo único. O procedimento de permuta ou transferência dos (as) residentes somente poderá ser realizado por meio da Secretaria de Gestão de Pessoas, sendo vedado ao (à) membro (a) ou responsável pela unidade movimentar o (a) residente para outra unidade sem o referido procedimento.

CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO E DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO

Art. 18. A aprovação no Programa MPDFT Residente deve obedecer aos seguintes critérios:

- I – aprovação pelo (a) orientador (a) por meio de relatórios semestrais, nos termos da presente Portaria;
- II – frequência mínima de 75%;
- III – apresentação de Trabalho de Conclusão do Programa – TCP, aprovado pelo (a) orientador (a); e
- IV – cumprimento de carga horária mínima de 5% em cada uma das atividades: ensino, pesquisa e extensão.

Art. 19. O (A) residente terá seu desempenho avaliado semestralmente pelo (a) orientador (a) da residência, com base nos seguintes critérios:

- I – assiduidade e pontualidade;
- II – qualidade do trabalho;
- III – interesse e receptividade a orientações;
- IV – confiabilidade e responsabilidade;
- V – relacionamento interpessoal;
- VI – disciplina e observância de normas legais e regulamentares.

§ 1º Para cada um dos critérios definidos nos incisos deste artigo deverá ser atribuída pontuação de 1 (um) a 10 (dez).

§ 2º A nota semestral de avaliação de desempenho corresponderá à média aritmética simples das pontuações obtidas na forma do § 1º deste artigo.

§ 3º A nota final de avaliação de desempenho do (a) residente corresponderá à média aritmética simples das notas semestrais obtidas pelo (a) residente.

§ 4º Será considerado aprovado (a) na avaliação de desempenho o (a) residente que obtiver nota final de avaliação de desempenho superior a 60 (sessenta) pontos.

§ 5º Caso haja mudança de orientador (a), este deverá avaliar o (a) residente até a data da efetiva desvinculação e o (a) seu (sua) sucessor (a) deverá complementar a avaliação, fazendo os devidos registros.

Art. 20. Fará *jus* ao Certificado de Conclusão o (a) residente que cumprir os critérios previstos nos arts. 18 e 19 desta Portaria.

§ 1º O Certificado de Conclusão do Programa MPDFT Residente será expedido pela Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP ao término da residência, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I – o período de realização da residência;
- II – a jornada de atividades a que o (a) residente esteve sujeito (a);
- III – o total de horas cumpridas;
- IV – os locais de realização de residência.

§ 2º O certificado será assinado pelo Procurador-Geral de Justiça.

CAPÍTULO VIII

DO DESLIGAMENTO

Art. 21. O desligamento do (a) residente ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I – ao término do período previsto no termo de compromisso ou ao completar o período máximo de permanência no programa de residência;

II – a pedido do (a) residente;

III – de ofício, por interesse ou conveniência do Ministério Público;

IV – quando houver a prática de ato incompatível com a boa conduta ou avaliação da conduta como antiética ou antiprofissional, a ser especificada pelo (a) orientador (a);

V – por abandono, caracterizado pela ausência não justificada por mais de 8 (oito) dias consecutivos ou por 15 (quinze) dias intercalados no período de 12 (doze) meses;

VI – por descumprimento, pelo (a) residente, de cláusula do termo de compromisso;

VII – por violação a quaisquer dos incisos dos arts. 10, 11 ou 12 desta Portaria; ou

VIII – por conclusão, trancamento, desistência ou qualquer outro motivo que gere o afastamento do (a) residente de seu curso, quando for o caso.

§ 1º O desligamento se dará automaticamente nas hipóteses dos incisos I, II, III e V, e no caso de o (a) residente obter nota de avaliação de desempenho inferior a 6,0 (seis) pontos por 2 (duas) vezes seguidas ou 3 (três) vezes alternadas.

§ 2º Havendo desligamento por uma das hipóteses previstas nos incisos IV a VII deste artigo, não será possível a readmissão no Programa MPDFT Residente, mesmo que por meio de outro processo seletivo, nem a emissão do Certificado de Conclusão do Programa, ainda que preenchidos os critérios previstos no art. 18.

§ 3º O impedimento previsto no §2º será declarado e certificado pela Secretaria de Gestão de Pessoas por ocasião da rescisão do termo de compromisso e constará dos assentamentos funcionais do (a) residente.

CAPÍTULO IX

DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS – SGP

Art. 22. Compete à Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP:

I – controlar a distribuição das vagas do Programa MPDFT Residente, conforme determinado pela Administração Superior;

II – controlar a frequência do (a) residente;

III – gerar folha para o pagamento da bolsa-residência e do auxílio-transporte;

IV – processar os pedidos de desligamento dos (as) residentes;

V – prestar apoio ao (à) orientador (a) e ao (à) residente nos assuntos afetos às respectivas atribuições;

VI – decidir sobre pedidos de realocação e permutas;

VII – disponibilizar formulário de avaliação do (a) residente;

VIII – emitir Certificado de Conclusão do Programa MPDFT Residente, com as informações sobre duração e atividades desenvolvidas, desde que cumpridos os requisitos desta Portaria.

CAPÍTULO X

DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CORPORATIVO – SECOR

Art. 23. Compete à Secretaria de Educação e Desenvolvimento Corporativo – Secor:

I – reservar vagas para os (as) residentes nos cursos internos oferecidos a membros (as) e servidores (as);

II – aplicar avaliação do Programa MPDFT Residente aos (às) residentes, permitindo o aprimoramento contínuo desse Programa no âmbito do MPDFT;

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24. O Programa MDFT Residente será desenvolvido a partir de projeto pedagógico específico.

Art. 25. A Secretaria de Polícia Institucional – SPI procederá à pesquisa e ao relatório sobre a conduta social do (a) candidata (a) aprovado (a), como também a existência de eventuais registros de antecedentes criminais.

Art. 26. O relatório da SPI respeitará as hipóteses legais de sigilo e conterà, ao final, parecer pela celebração ou não do termo de compromisso com o (a) candidato (a) convocado (a). Havendo manifestação negativa, o caso será encaminhado para deliberação da Secretaria-Geral.

Art. 27. Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 28. Fica revogada a Portaria Normativa PGJ nº 971, de 13 de dezembro de 2023.

Art. 29. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA NORMATIVA Nº 986, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024**PROGRAMA DE RESIDÊNCIA****ÁREAS DE CONHECIMENTO DIVERSAS DO DIREITO**

O Programa de Residência em Área Diversa do Direito contará com vagas oferecidas para profissionais de ramos do conhecimento diversos do Direito, nas seguintes áreas de atuação:

1. Administração
2. Psicologia
3. Serviço Social
4. Letras
5. Comunicação Social
6. Design Gráfico
7. Educação
8. Tecnologia da Informação
9. Engenharia Ambiental
10. Ciências Contábeis
11. Geoprocessamento
12. Gestão Pública
13. Gestão Financeira
14. Estatística



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, **Procurador-Geral de Justiça**, em 22/02/2024, às 18:57, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0909055** e o código CRC **70672E38**.

19.04.3218.0105856/2023-82



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
1ª e 2ª CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO CÍVEIS ESPECIALIZADAS**

PAUTA – 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**27 de FEVEREIRO de 2024, às 15h
Sessão em Ambiente Virtual (Microsoft Teams)**

**Coordenador Administrativo Substituto das Câmaras
de Coordenação e Revisão**

MOISÉS ANTÔNIO DE FREITAS

**Membros
EXPEDIENTE**

1ª Câmara Cível

Maria Rosynete de O. Lima
Coordenadora
Membros Titulares
Márcia Pereira da Rocha
Laura Beatriz C. B. A. S. Rito

2ª Câmara Cível

Vítor Fernandes Gonçalves
Coordenador
Membros Titulares
Leonora Brandão M. P. Pinheiro
Alessandra Elias de Queiroga

ORDEM DO DIA

PROCESSO DE COORDENAÇÃO

1 - Processo SEI nº 19.04.6012.0095939/2023-18

Interessados: 1ª Unidade-fim Operacional de Feitos de Fazenda Pública e
6ª Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social.

Relator: Dr. Vítor Fernandes Gonçalves.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
1ª e 2ª CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO CÍVEIS ESPECIALIZADAS

Assunto: Conflito negativo de atribuição.

MOISÉS ANTÔNIO DE FREITAS
Coordenador Administrativo Substituto das Câmaras
de Coordenação e Revisão
Procurador de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DA ORDEM JURÍDICA CÍVEL ESPECIALIZADA

PAUTA DE JULGAMENTO 2ª/2024 - DA 6ª CÂMARA CÍVEL - SESSÃO ORDINÁRIA

29 de fevereiro de 2024, às 10h

Sessão Presencial - Via Microsoft TEAMS

(Edifício Sede do MPDFT, Praça do Buriti, Lote 02, 9º Andar, Sala nº 951)

Coordenador

ALEXANDRE FERNANDES GONÇALVES

Procurador de Justiça

Coordenador

Membros Titulares

ELINE LEVI PARANHOS

Procuradora de Justiça

Membro Titular

JOSÉ VALDENOR QUEIROZ JÚNIOR

Procurador de Justiça

Membro Titular

EXPEDIENTE

1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR

A. 1ª/2024 Sessão Ordinária, realizada no dia 30 de janeiro 2024.

2. COMUNICAÇÕES DO COORDENADOR

A. Os membros da 6ª Câmara Cível despacharam os expedientes recebidos via sistema NEOGAB, no período de 01 a 31 de janeiro de 2024 da seguinte forma:

- Coordenador – DR. ALEXANDRE FERNANDES GONÇALVES: 21 expedientes**
- 1º Membro Titular – DRA. ELINE LEVI PARANHOS: -**
- 2º Membro Titular – DR. JOSÉ VALDENOR QUEIROZ JÚNIOR: 99 expedientes**

ORDEM DO DIA

Relator: Procurador de Justiça Dr. ALEXANDRE FERNANDES GONÇALVES - Coordenador

1. PP 08192.051035/2023-11 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Paulo Roberto Binicheski

Interessado(s): Júlio César Lérias Ribeiro e outros

Assunto: Aquisição de produtos com vício de qualidade

2. NF 08192.009669/2024-44 – NeoGab Extrajudicial (Recurso) – 3ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Paulo Roberto Binicheski

Interessado(s): Juliana dos Santos de Sousa e outro

Assunto: Possível falha na cobrança da fatura de consumo

3. ICP 08192.156035/2023-07 – NeoGab Extrajudicial – 4ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Leonardo Jubé de Moura

Interessado(s): Meyre Fátima Guimarães e outros

Assunto: Cláusula abusiva para pagamento de prêmio de seguro

4. PA 08192.041900/2023-11 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PROEDUC

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Anderson Pereira de Andrade

Interessado(s): Carlos Antonio Sarina e outros

Assunto: Falta de professor

Relatora: Procuradora de Justiça Dra. ELINE LEVI PARANHOS – Membro Titular

1. PP 08192.145517/2023-23 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Paulo Roberto Binicheski

Interessado(s): Silvestrin Frutas Ltda. - CEASA de Brasília e outro

Assunto: Uso indevido de agrotóxicos

2. PP 08192.019897/2023-41 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Paulo Roberto Binicheski

Interessado(s): Lunuse da Silva Queiroz Silva Queiroz e outro

Assunto: Venda casada na exigência de aquisição de livros didáticos

3. PP 08192.055711/2023-18 – NeoGab Extrajudicial – 3ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Leonardo Jubé de Moura

Interessado(s): Igor Ribeiro Oliveira e outros

Assunto: Possibilidade da prática de estágio à distância para os cursos de bacharelado em enfermagem

4. NF 08192.193407/2023-78 – NeoGab Extrajudicial (Recurso) – 4ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Leonardo Jubé de Moura

Interessado(s): Jemina do Carmo Pignataro e outro

Assunto: Suposta violação a direito do consumidor

5. NF 08192.165460/2023-89 – NeoGab Extrajudicial (Recurso) – 4ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Leonardo Jubé de Moura

Interessado(s): Cornélio José de Santiago Filho e outro

Assunto: Suposta violação a direito do consumidor

6. PP 08192.078776/2023-31 – NeoGab Extrajudicial – 4ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Leonardo Jubé de Moura

Interessado(s): Associação de Proprietários do Residencial Santa Mônica e outros

Assunto: Práticas abusivas por parte de empresas construtoras

7. PP 08192.053297/2023-11 – NeoGab Extrajudicial – 4ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Leonardo Jubé de Moura

Interessado(s): Moradores do Condomínio Venice Park e outros

Assunto: Alegação de danos coletivos

8. PA 08192.040782/2023-16 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PROEDUC

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Anderson Pereira de Andrade

Interessado(s): Michelli Moraes e outro

Assunto: Alegação de falta de monitor exclusivo para atendimento de estudante

9. PA 08192.005408/2023-74 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PROEDUC

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Anderson Pereira de Andrade
Interessado(s): Ruth Sousa e outros
Assunto: Atendimento especializado

10. PA 08192.204771/2022-90 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PROEDUC

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Anderson Pereira de Andrade
Interessado(s): Colégio Militar Tiradentes e outro
Assunto: Suposta abordagem rigorosa com crianças e adolescentes

11. PA 08192.202235/2022-50 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PROEDUC

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Anderson Pereira de Andrade
Interessado(s): Regislane C. P. Lima e outros
Assunto: Alegação de atitude desrespeitosa de professor

Relator: Procurador de Justiça Dr. JOSÉ VALDENOR QUEIROZ JÚNIOR – Membro Titular

1. PP 08192.056009/2023-71 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Paulo Roberto Binicheski
Interessado(s): Letícia Seabra Melo Fernandes e outro
Assunto: Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

2. ICP 08192.070073/2023-65 – NeoGab Extrajudicial (Sigiloso) – 2ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Frederico Meinberg Ceroy
Interessado(s): I. S. C. e outros
Assunto: Apurar cláusulas contratuais abusivas em contrato de prestação de serviços educacionais.

3. PA 08192.100668/2022-71 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PROEDUC

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Anderson Pereira de Andrade
Interessado(s): Raquel Pereira e outros
Assunto: Atendimento Especializado

MANIFESTAÇÃO DO COORDENADOR

MANIFESTAÇÃO DOS MEMBROS

Brasília, fevereiro de 2024.

ALEXANDRE FERNANDES GONÇALVES

Coordenador

Procurador de Justiça



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

PAUTA – 4ª SESSÃO DA 2ª CÂMARA CRIMINAL - EXTRAORDINÁRIA

28 de fevereiro de 2024, às 10h

**Sessão Híbrida -Vídeoconferência –
Microsoft Teams/ Presencial**

(Edifício Sede do MPDFT, Praça do Buriti, Lote 02, 9º Andar, Sala nº 951)

**Coordenadora
MARTA ALVES DA SILVA**

**MOISÉS ANTÔNIO DE FREITAS - Membro Titular
JULIANA POGGIALI GASPARONI - Membro Titular**

EXPEDIENTE

1. APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES

- A.** Ata da 2ª Sessão da 2ª Câmara Criminal - Ordinária, de 08 de Fevereiro de 2024.
- B.** Ata da 3ª Sessão da 2ª Câmara Criminal - Extraordinária, de 21 de fevereiro de 2024.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

2. COMUNICAÇÕES - Os membros da 2ª Câmara Criminal despacharam os expedientes recebidos via sistema NEOGAB, no período de 01 a 23 de fevereiro, da seguinte forma:

- **Coordenadora:** Dra Marta Alves da Silva - **19** expedientes

- **1º Membro Titular:** Dr. Moisés Antônio de Freitas – **31** expedientes

- **2º Membro Titular:** - Dra. Juliana Poggiali Gasparoni e Oliveira - **15** expedientes

ORDEM DO DIA

**PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP RELATORIADA
DRA. MARTA ALVES DA SILVA – COORDENADORA**

1.PJE nº 0701263-02.2024.8.07.0006 – 2º Juizado Especial Cível e Criminal de Sobradinho (nº 08192.019624/2024-88 do MPDFT)

Autor do Fato: Suilha Alves de Sousa

Vítima: William Ferreira de Azevedo

Incidência Penal: Vias de Fato, injúria e ameaça



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

2.PJE nº 0709638-84.2023.8.07.0019 – Vara Criminal e do Tribunal do Júri do Recanto das Emas (nº 08192.201841/2023-39 do MPDFT)

Autor do Fato: Lucas Rego Lima

Incidência Penal: Art. 16, § 1º, inciso IV, da Lei nº 10.826/03

Advogado: Naira Alves Pereira – OAB/DF 53.786

3.PJE nº 0738969-62.2023.8.07.0003 – 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Ceilândia (nº 08192.235266/2023-78 do MPDFT)- SIGI-LOSO

Autor do Fato: J. K. D. de S.

Vítima: A. F. de B.

Incidência Penal: Ameaça

4.PJE nº 0700463-71.2024.8.07.0006 – 1º Juizado Especial Cível e Criminal de Sobradinho (nº 08192.008621/2024-19 do MPDFT)

Autor do Fato: Em apuração

Vítima: Em apuração

Incidência Penal: Vias de Fato, lesão corporal e ameaça

5.PJE nº 0707598-81.2022.8.07.0014 – Vara Criminal e do Tribunal do Júri do Guará (nº 08192.145998/2022-96 do MPDFT)

Autor do Fato: José de Almeida Barbosa Neto

Incidência Penal: Art. art. 302, *caput*, da Lei nº 9.503/97

Advogado: Bruno Caleo Araruna de Oliveira – OAB/DF 41.574



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

COMUNICAÇÃO DE DECISÃO MONOCRÁTICA EM PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP RELATORIA DA DRA. MARTA ALVES DA SILVA – COORDENADORA

1.PJE nº 0712473-02.2023.8.07.0001 – 2ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal (nº 08192.055243/2023-20 do MPDFT)

Autores do Fato: Luciene Ribeiro Souza e outros

Incidência Penal: Art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/06

Advogado: Géssica Colaci – OAB/DF nº 49.991

PROCESSOS NEOGAB EXTRAJUDICIAL - ARQUIVAMENTOS

1.Recurso na NF n.º 08192.211754/2023-90

Origem: 3ª Promotoria de Justiça Criminal de Sobradinho

Noticiante: Elson Edson Ferreira e Silva

Assunto: Crimes de ameaça, fraude processual e perseguição

2. NF n.º 08192.234486/2023-84

Origem: 3ª Promotoria de Justiça Militar

Vítimas: Pedro da Costa Souza

Francisco Pedro Pereira da Silva

Assunto: Agressões físicas experimentadas por preso em flagrante



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

3. NF n.º 08192.170515/2023-72 (Sigiloso)

Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional de Crimes contra a Criança e o Adolescente

Vítimas: L. S. C. M.

B. C. P.

Assunto: Abuso sexual

**COMUNICAÇÃO DE DECISÃO MONOCRÁTICA EM PROCESSO DO
NEOGAB EXTRAJUDICIAL - DRA. MARTA ALVES DA SILVA – COOR-
DENADORA**

1.NF n.º 08192.233571/2023-25

Origem: 3ª Promotoria de Justiça Militar

Vítima: Gilvan Rodrigues Júnior

Assunto: Agressões físicas experimentadas por preso em flagrante

2.NF n.º 08192.234341/2023-83

Origem: 1ª Promotoria de Justiça Militar

Vítima: Abinadabi Santana Gomes

Assunto: Agressões físicas experimentadas por preso em flagrante

3.NF n.º 08192.232582/2023-98

Origem: 3ª Promotoria de Justiça Militar

Vítima: Ray Johnathan Sousa Mendes

Assunto: Agressões físicas experimentadas por preso em flagrante



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

4.NF n.º 08192.219635/2023-85

Origem: 3ª Promotoria de Justiça Militar

Vítima: Anderson Rodrigues dos Santos

Assunto: Agressões físicas experimentadas por preso em flagrante

5.NF n.º 08192.217933/2023-31

Origem: 3ª Promotoria de Justiça Militar

Vítima: Tailson de Sousa Ferragem

Assunto: Agressões físicas experimentadas por preso em flagrante

**PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP - RELATORIA
DO DR. MOISÉS ANTÔNIO DE FREITAS – 1º. MEMBRO TITULAR :**

1.PJe 0749217-93.2023.8.07.0001 - 4ª Vara de Entorpecentes do DF

Investigado: Nelson Junio da Silva Sobrinho

Incidência Penal: Art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/06 e art. 16, *caput*, da Lei n.º 10.826/03

Advogado: RICARDO KOS JUNIOR- OAB/DF 31535

2.PJe 0728504-68.2021.8.07.0001 - 4ª Vara Criminal de Brasília

Vítima: Bruno Alves de Sousa

Incidência penal: Art. 121, §§ 3º e 4º do Código Penal



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

3.PJe 0700255-84.2024.8.07.0007 - 2ª Vara Criminal de Taguatinga

Investigado: Tiago Sousa Oliveira

Vítima: Oscarina lopes Gomes

Incidência penal: Art. 2º da Lei Nº 7.716/89

4.PJe 0700574-98.2023.8.07.0003 - 1ª Vara Criminal de Ceilândia

Investigado: Elton Lima da Silva

Vítima: José Fernando de Jesus

Incidência penal: Art. 303, *caput*, e 306, *caput*, ambos do Código de Trânsito Brasileiro

5.PJe nº 0702621-85.2022.8.07.0001– 1ª Vara Criminal da Circunscrição Judiciária de Brasília

Réu: Gastão Camimura

Incidência penal: art. 1º, II, c/c o art. 2º, I, ambos da Lei nº 8.137/90, c/c o art. 71 do Código Penal

Advogado: Antonio Alberto do Vale Cerqueria - OAB/DF nº 15.106

PROCESSOS NEOGAB EXTRAJUDICIAL - ARQUIVAMENTOS

1.Recurso na NF nº 08192.200295/2023-19

Origem: 10ª Promotoria de Justiça Criminal de Ceilândia



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

Recorrente: Márcio Miranda dos Santos

Assunto: Suposta prática de denúncia caluniosa

Advogado: Hercílio de Azevedo Aquino - OAB/DF Nº 33.148

**COMUNICAÇÃO DE DECISÃO MONOCRÁTICA EM PROCESSO DO
NEOGAB EXTRAJUDICIAL - DR. MOISÉS ANTÔNIO DE FREITAS –
1o. MEMBRO TITULAR :**

1.NF Nº 08192.015206/2024-11

Origem: 1ª Promotoria de Justiça Militar

Assunto: Suposta agressão física praticada contra custodiado

2.NF Nº 08192.234289/2023-65

Origem: 1º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial

Assunto: Suposta conduta ilegal de policiais

3.NF 08192.203797/2023-00 (Sigiloso)

Origem: Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional

Assunto: Supostas agressões físicas e perseguição em face de custodiado

4.NF Nº 08192.006024/2024-50

Origem: 10ª Promotoria de Justiça Criminal de Brasília

Assunto: Oferta de diplomas e carteiras de habilitação falsos



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

5.NF N° 08192.001576/2024-71

Origem: 3º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial – 3º NCAP

Assunto: Suposta conduta irregular de delegado de polícia

6.NF N° 08192.024708/2024-33

Origem: 2ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e de Defesa da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar de São Sebastião

Assunto: Suposto crime de desobediência

7. NF n° 08192.016910/2024-91 (Sigiloso)

Origem: 1ª Promotoria de Justiça Militar

Assunto: Suposta agressão física praticada contra custodiado

**PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP RELATORIA DA
DRA. JULIANA POGGIALI GASPARONI E OLIVEIRA – 2o. MEMBRO TI-
TULAR**

1.Pje n° 0720019-51.2023.8.07.0020 - PA n.º 08190.001381/23-17 (Sei n.º 19.04.3670.0099474/2023-37)

Autora do Fato: Amália Ramalho de Caldas

Vítima: Fábio Alves Damacena Lima

Incidência Penal: Artigo 339, do Código Penal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

2.PJe n.º 0741700-37.2023.8.07.0001 (n.º 08192.188140/2023-05)

Autor do Fato: Alcir Xavier Vitória Júnior

Vítima: Luiz Carlos de Oliveira

Incidência Penal: Art. 305 do CPB

Advogada: Karen Cristina Marques Lima – OAB/DF n.º 64.829

3.PJe n.º 0717254-52.2023.8.07.0006 (n.º 08192.235090/2023-54)

Autor do Fato: Paulo Luz Souza Santos

Vítima: Terezinha de Castro

Incidência Penal: Art. 42 da LCP

Advogado: Helder Lucio Rego – OAB/DF n.º 35.301

COMUNICAÇÃO DE DECISÃO MONOCRÁTICA EM PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP RELATORIA DA DRA. JULIANA POGGIALI GASPARONI E OLIVEIRA – 2o. MEMBRO TITULAR

1.PJe n.º 0700491-39.2024.8.07.0006 (n.º 08192.010276/2024-83)

Autor do Fato: João Suender Moreira

Vítima: Tais Bennato

Incidência Penal: Art. 147-B do CPB

PROCESSOS NEOGAB EXTRAJUDICIAL - ARQUIVAMENTOS

1.Recurso na NF n.º 08192.158127/2023-13 – NeoGab Extrajudicial (Segredo de Justiça)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

Origem: Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial – NCAP

Envolvido: L. C. P. S.

Assunto: Demora na instauração de procedimento investigatório.

COMUNICAÇÃO DE DECISÃO MONOCRÁTICA NEOGAB EXTRAJUDICIAL:

1.PIC n.º 08192.199955/2022-21 – Sigiloso

Origem: Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional - NUPRI

Envolvidos: M. F.

M. R. M.

Assunto: Agressões contra internos.

2.NF n.º 08192.144037/2023-45

Origem: 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Brasília

Envolvidos: Márcia dos Santos da Silva

Banco de Brasília S.A. – BRB

Assunto: Desobediência

3.PP n.º 08192.055426/2023-05

Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde

Envolvido: Weldson Muniz Pereira

Assunto: Acordo de Não Persecução Penal.

Advogada: Alexia Ruiz González Paulon – OAB/DF n.º 76.310



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

COMUNICAÇÕES DOS MEMBROS

MARTA ALVES DA SILVA
Coordenadora
Procuradora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG Nº 250/2024

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 19.04.3273.0008186/2024-78;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria Normativa SG nº 125, de 5 de maio de 2017, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, os procedimentos relativos ao ingresso, controle, movimentação e desfazimento de materiais permanentes,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir **Comissão de Desfazimento** para proceder à avaliação e classificação de bens móveis de propriedade do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para doação.

Art. 2º Designar os servidores **WERCILENE OLIVEIRA COSTA GUIMARÃES**, matrícula nº 4304, **ANTÔNIO CARLOS MAÇÃO**, matrícula nº 898, e **CLEITON MOREIRA BARROS**, matrícula nº 3136, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão.

Art. 3º A Comissão de Desfazimento deverá executar os trabalhos no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado eletronicamente)

CLAUDIA MARIA RAMOS



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA MARIA RAMOS**, **Secretária-Geral Adjunta**, em 22/02/2024, às 20:26, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0909087** e o código CRC **36A96251**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG Nº 251/2024

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do processo nº 19.04.5462.0016687/2024-04,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a contar de 04/03/2024, a servidora **KATIA DA SILVA SANGALETI**, matrícula 2949-1, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Seção de Controle de Atendimento da Ouvidoria, código CC-01 (50010023).

Art. 2º Dispensar, a contar de 04/03/2024, a servidora **KATIA DA SILVA SANGALETI**, matrícula 2949-1, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, do encargo de substituta do cargo em comissão de Chefe da Seção de Controle de Atendimento da Ouvidoria, código CC-01 (50010023).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado Eletronicamente)
CLÁUDIA MARIA RAMOS



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA MARIA RAMOS, Secretária-Geral Adjunta**, em 22/02/2024, às 20:25, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdfp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0910421** e o código CRC **A898C082**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG Nº 252/2024

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do processo nº 19.04.5462.0016410/2024-14,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a contar de 04/03/2024, a servidora **SUELY GOMES DE CARVALHO**, matrícula 1380-3, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Seção de Tratamento de Informações, Dados e Relatórios da Ouvidoria, código CC-01 (50010021), exonerando-a, em consequência, do cargo em comissão de Chefe da Seção de Controle de Atendimento da Ouvidoria, código CC-01 (50010023).

Art. 2º Designar, a contar de 04/03/2024, a servidora **SUELY GOMES DE CARVALHO**, matrícula 1380-3, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Subsecretário Operacional da Ouvidoria, código CC-02 (50010020).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado Eletronicamente)
CLÁUDIA MARIA RAMOS



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA MARIA RAMOS**, Secretária-Geral Adjunta, em 22/02/2024, às 20:25, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0910431** e o código CRC **0B5CD962**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG Nº 253/2024

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018,

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 — Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO a edição da Portaria Normativa nº 876, de 3 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a elaboração de estudo técnico preliminar – ETP para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

CONSIDERANDO a edição da Portaria Normativa nº 877, de 3 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR para aquisição de bens e contratação de serviços no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização, celeridade nos trabalhos e diminuição de riscos que possam comprometer as contratações pretendidas,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir comissão para proceder ao planejamento das contratações referente ao processo 19.04.4586.0055476/2023-58 - aquisição de tapetes para o MPDFT, cabendo à referida comissão as definições em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos, especificações técnicas, riscos, análise da viabilidade técnica e econômica da contratação e demais características, por meio dos seguintes documentos:

- I. Estudos Técnicos Preliminares;
- II. Termo de Referência;
- III. Mapa de Riscos.

Art. 3º Designar os servidores **SALETTE ALVES DE CARVALHO**, matrícula nº 3601-3, **RITA CANDEIA CHIBA DE SOUZA LIMA**, matrícula nº 5526; e **MAICON JOSÉ DOS SANTOS**, matrícula nº 3213, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão.

Art. 4º Estabelecer que a comissão designada no art. 1º tem caráter permanente.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado eletronicamente)
CLAUDIA MARIA RAMOS



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA MARIA RAMOS, Secretária-Geral Adjunta**, em 22/02/2024, às 20:24, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0910755** e o código CRC **B316E79B**.

19.04.4586.0108941/2023-57

0910755v3



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Secretaria-Geral - SG
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DECISÃO ADMINISTRATIVA - DEFERIDO/AUTORIZADO

SEI: 19.04.4204.0010539/2022-91

INTERESSADO: RUTERSON VIEIRA TEIXEIRA DE FREITAS

ASSUNTO: MIGRAÇÃO DE REGIME – BENEFÍCIO ESPECIAL

TERMO DE RECONHECIMENTO DE BENEFÍCIO ESPECIAL

RECONHEÇO o Benefício Especial no valor de **R\$ 5.820,14** (cinco mil, oitocentos e vinte reais e catorze centavos), em favor de **RUTERSON VIEIRA TEIXEIRA DE FREITAS**, mat. 4282, ocupante do cargo de Analista do MPU/Perito em Medicina do Trabalho, nos termos do art. 3º da Lei nº 12.618/2012, tendo em vista a migração para o Regime Próprio de Previdência Social com os benefícios limitados ao teto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, realizada em 28 de novembro de 2022.

Para cálculo do Benefício Especial, foram considerados, além do tempo de contribuição exercido junto a este Ministério Público, o tempo devidamente averbado de regimes próprios decorrentes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme método de cálculo disciplinado pelos §§ 2º e 3º do art. 3º da Lei nº 12.618/2012 e orientações constantes da Portaria Conjunta STF/MPU nº 3/2018.

Destaca-se que a averbação de tempo de serviço em momento posterior, bem como a inclusão ou exclusão de contribuições na base de cálculo, poderão ensejar a revisão do Benefício Especial. Por fim, cabe apontar que o Benefício Especial será atualizado conforme dispõe o § 6º do art. 3º da Lei nº 12.618/2012 e pago pelo órgão competente da União, por ocasião da concessão de aposentadoria, inclusive por invalidez, ou pensão por morte pelo regime próprio de previdência da União, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, enquanto perdurar o benefício pago por esse regime.

Dê-se ciência, registre-se e publique-se.

(Assinado Eletronicamente)

CLAUDIA MARIA RAMOS

Secretária-Geral Adjunta do MPDFT



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA MARIA RAMOS, Secretária-Geral Adjunta**, em 22/02/2024, às 20:26, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0909435** e o código CRC **6CD3E2A2**.

19.04.4204.0010539/2022-91

0909435v2



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 155, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.5462.0015376/2024-93,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor ALIOMAR LUIS LIMA DE OLIVEIRA, matrícula 4240-4, Analista do MPU/Gestão Pública da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Secretário Executivo da Secretaria Executiva da Ouvidoria, código CC-04 (50010019).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 22/02/2024, às 14:41, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0898010** e o código CRC **E1BBDAC**.

19.04.5462.0015376/2024-93



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 157, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024

Designa membros em atuação nas Promotorias de Justiça Cíveis, Família, Órfãos e Sucessões para atuarem como membros auxiliares nas 61ª e 65ª Promotorias de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do MPDFT.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159,

CONSIDERANDO o disposto na Portaria Normativa PGJ nº 897, de 14 de abril de 2023, que cria, no âmbito do MPDFT, o Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta feita aos membros em lotação nas Promotorias de Justiça de Família, integrantes do rol de membros auxiliares do NUMEC-PRE, por meio de mensagem eletrônica, via e-mail (chefegab@mpdft.mp.br), e pelo whatsapp da Chefia de Gabinete, ocorrida no dia 16 de fevereiro de 2024; e

CONSIDERANDO o disposto no Processo SEI nº 19.04.3756.0015998/2024-62,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Promotora de Justiça KÁTIA CHRISTINA LEMOS para officiar, nos períodos de 24 de fevereiro a 1º de março de 2024, de 23 a 29 de março de 2024 e de 20 a 26 de abril de 2024, junto à 61ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 2º Designar o Promotor de Justiça MILTON DE CARLOS JÚNIOR para officiar, nos períodos de 24 de fevereiro a 1º de março de 2024, de 23 a 29 de março de 2024 e de 20 a 26 de abril de 2024, junto à 65ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 3º Designar a Promotora de Justiça AMANDA TUMA para officiar, nos períodos de 2 a 8 de março de 2024, de 30 de março a 5 de abril de 2024 e de 27 de abril a 3 de maio de 2024, junto à 61ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 4º Designar o Promotor de Justiça RICARDO WITTLER CONTARDO para officiar, nos períodos de 2 a 8 de março de 2024, de 30 de março a 5 de abril de 2024 e de 27 de abril a 3 de maio

de 2024, junto à 65ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 5º Designar a Promotora de Justiça LINA MARIA DA MATTA E SILVA GLANSMANN para oficiar, nos períodos de 9 a 15 de março de 2024, de 6 a 12 de abril de 2024 e de 4 a 10 de maio de 2024, junto à 61ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 6º Designar o Promotor de Justiça HUDSON DE MORAES para oficiar, nos períodos de 9 a 15 de março de 2024, de 6 a 12 de abril de 2024 e de 4 a 10 de maio de 2024, junto à 65ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 7º Designar o Promotor de Justiça FABIANO COELHO VIEIRA para oficiar, nos períodos de 16 a 22 de março de 2024, de 13 a 19 de abril de 2024 e de 11 a 17 de maio de 2024, junto à 61ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 8º Designar o Promotor de Justiça DOUGLAS WILLIAM MAGALHÃES para oficiar, nos períodos de 16 a 22 de março de 2024, de 13 a 19 de abril de 2024 e de 11 a 17 de maio de 2024, junto à 65ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, **Procurador-Geral de Justiça**, em 22/02/2024, às 14:43, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0898267** e o código CRC **74BDC1C4**.

19.04.3756.0015998/2024-62



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 159, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO a solicitação constante do Processo SEI nº 19.04.4510.0007065/2024-53,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a cessão do servidor MARCELO TAKATSU, Analista do MPU/Desenvolvimento de Sistemas, matrícula 5343, para exercer a Função Comissionada Executiva de Coordenador de Gestão de Projetos de TIC, FCE 1.11, da Coordenação-Geral de Relacionamento, Governança e Projetos, do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde, da Secretaria de Informação e Saúde Digital, do Ministério Saúde, pelo prazo de 1 (um) ano, com fulcro no art. 93, inciso I, §1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, c/c art. 3º, inciso I e § 1º, da Portaria PGR/MPU nº 15, de 21 de março de 2019.

Parágrafo único. O servidor deverá realizar a atualização anual de seus dados cadastrais, em observância ao inciso XIX do art. 117 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, Procurador-Geral de Justiça, em 22/02/2024, às 14:48, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0900879** e o código CRC **A4E67AC2**.

19.04.4510.0007065/2024-53



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 160, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.3701.0016179/2024-74,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora MARTHA EDNA DOS PASSOS COSTA SOUZA, matrícula 3073-2, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Assessor Chefe II da Assessoria de Legislação de Gestão de Pessoas da Secretaria de Gestão de Pessoas, código CC-03 (62050113), exonerando, em consequência, a servidora FLAVIA FRANCINNY BRITO DE OLIVEIRA, matrícula 4669-8.

Art. 2º Nomear a servidora JOYCE MORATO DE SOUSA MAIA, matrícula 4243-9, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Assessor Chefe de Apoio Operacional da Assessoria de Legislação de Gestão de Pessoas da Secretaria de Gestão de Pessoas, código CC-01 (62050097), exonerando, em consequência, a servidora MARTHA EDNA DOS PASSOS COSTA SOUZA, matrícula 3073-2.

Art. 3º Designar a servidora JOYCE MORATO DE SOUSA MAIA, matrícula 4243-9, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Assessor Chefe II da Assessoria de Legislação de Gestão de Pessoas da Secretaria de Gestão de Pessoas, código CC-03 (62050113), dispensando, em consequência, a servidora MARTHA EDNA DOS PASSOS COSTA SOUZA, matrícula 3073-2.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 22/02/2024, às 14:41, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0902709** e o código CRC **7940ADE9**.

19.04.3701.0016179/2024-74



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 162, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024

Altera a Portaria PGJ nº 110, de 5 de fevereiro de 2024, que designa membros do MPDFT para, no período 1º a 29 de fevereiro de 2024, oficiarem no plantão processual de 1ª instância do MPDFT.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.3756.0011783/2024-86,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Portaria PGJ nº 110, de 5 de fevereiro de 2024, no que se refere à designação de plantonistas presenciais para o plantão de 1ª instância do MPDFT, nos dias 25 e 28 de fevereiro de 2024, que passa a vigorar da seguinte maneira:

DATA	MEMBRO	DESIGNAÇÃO
25/2/2024	- FERNANDA MOLYNA (278)	AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA
28/2/2024	- LEANDRO LARA MOREIRA (311)	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 23/02/2024, às 15:21, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0906297** e o código CRC **0BAC6E65**.

19.04.3756.0011783/2024-86



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 163, DE 21 DE FEVEREIRO 2024

Autoriza o afastamento do Promotor de Justiça ROBERTO CARLOS BATISTA para participar do XXII Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, a realizar-se nos dias 24, 25 e 26 de abril de 2024, em Belém/PA.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.3389.0009678/2024-55,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o afastamento do Promotor de Justiça ROBERTO CARLOS BATISTA para participar do XXII Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, a realizar-se nos dias 24, 25 e 26 de abril de 2024, em Belém/PA, com prejuízo das suas atuais designações.

Parágrafo único. O afastamento dar-se-á com ônus de diárias e passagens aéreas para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 22/02/2024, às 14:48, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0905881** e o código CRC **C60314A1**.

19.04.3389.0009678/2024-55



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 173, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO a solicitação constante do Procedimento SEI nº 19.04.4343.0003637/2023-57,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a cessão do servidor ARTHUR FELIPE CARDOSO RIBEIRO DA COSTA, Analista do MPU/Direito, matrícula 5506, para continuar exercendo, no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, a função de confiança de Assessor Adjunto V, código FC-05, do Núcleo de Feitos Previdenciários, Contratos e Matérias Administrativas Diversas do Gabinete do Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 14 de abril de 2024, com fulcro no art. 93, inciso I e §1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, c/c art. 3º, inciso I e §§ 1º, 2º e 5º, da Portaria PGR/MPU nº 15, de 21 de março de 2019.

Parágrafo único. O servidor deverá realizar a atualização anual de seus dados cadastrais, em observância ao inciso XIX do art. 117 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, Procurador-Geral de Justiça, em 23/02/2024, às 16:31, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0912543** e o código CRC **0F0584B7**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 174, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024

Autoriza a participação do Promotor de Justiça **MARCEL BERNARDI MARQUES** no Encontro Presencial do Grupo Nacional do Patrimônio Público – GNPP/CNPG, nos dias 4 e 5 de abril de 2024, em Goiânia/GO.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.3670.0014763/2024-68,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a participação do Promotor de Justiça **MARCEL BERNARDI MARQUES** no Encontro Presencial do Grupo Nacional do Patrimônio Público do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais – GNPP/CNPG, nos dias 4 e 5 de abril de 2024, em Goiânia/GO, sem prejuízo das suas atuais designações.

Parágrafo único. A participação dar-se-á com ônus de deslocamento em veículo próprio e de diárias para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, **Procurador-Geral de Justiça**, em 23/02/2024, às 16:32, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0912591** e o código CRC **54747721**.

19.04.3670.0014763/2024-68



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 175, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO a solicitação constante do Processo SEI nº 19.04.4343.0008174/2023-69,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a cessão da servidora JANAÍNA GOMES AGUIAR CASCÃO, Analista do MPU/Direito, matrícula nº 3634, para continuar a exercer o cargo em comissão de Assessor de Ministro, código CJ-3, no Gabinete do Ministro Benedito Gonçalves, no Superior Tribunal de Justiça, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 21 de março de 2024, com fulcro no art. 93, inciso I, §1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, c/c art. 3º, inciso I e § 1º, da Portaria PGR/MPU nº 15, de 21 de março de 2019.

Parágrafo único. A servidora deverá realizar a atualização anual de seus dados cadastrais, em observância ao inciso XIX do art. 117 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, Procurador-Geral de Justiça, em 23/02/2024, às 16:19, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0912608** e o código CRC **018F6DDD**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 176, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024

Autoriza a participação de membros do MPDFT no evento Record TV nas Cidades, a realizar-se no dia 24 de fevereiro de 2024, em Santa Maria/DF.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.3105.0009786/2024-41,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a participação dos Procuradores de Justiça JOSÉ EDUARDO SABO PAES e ANTONIO MARCOS DEZAN, dos Promotores de Justiça JAMIL AMORIM FILHO, ANA PAULA TOMÁS FERREIRA, VYVYANY VIANA NASCIMENTO DE AZEVEDO GOULART, ANDRÉ LUIZ PEREIRA DO LAGO CÉSAR, ALINE RANIERO FONSECA NAOUM, DANIELA ALBUQUERQUE MARQUES e BERNARDO BARBOSA MATOS e os Promotores de Justiça Adjuntos SOFIA SCHLOSSER, KAROLINE ARAÚJO DE PRADO e OTÁVIO BINATO JÚNIOR no evento Record TV nas Cidades, a realizar-se no dia 24 de fevereiro de 2024, em Santa Maria/DF, com o intuito de realizar a promoção da cidadania e prestar esclarecimentos à população sobre o impacto do Ministério Público no incremento ao acesso de serviços essenciais através do monitoramento e fiscalização das diversas políticas públicas do Distrito Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, **Procurador-Geral de Justiça**, em 23/02/2024, às 17:59, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0913908** e o código CRC **F2D18C46**.

19.04.3105.0009786/2024-41



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA NORMATIVA Nº 986, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2024

Institui e regulamenta o Programa de Residência do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e revoga a Portaria Normativa PGJ nº 971, de 13 de dezembro de 2023.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o teor da Resolução nº 246, de 24 de maio de 2022, do Conselho Nacional do Ministério Público, que autorizou os ramos e as unidades do Ministério Público brasileiro a instituírem programas de residência;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação interna para implementação do Programa de Residência no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

CONSIDERANDO o disposto no art. 205 da Constituição da República, que consagra direito amplo à educação, traçando suas potencialidades no campo existencial do indivíduo e sua especial relevância para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO os encaminhamentos apresentados pela comissão instituída pela Portaria PGJ nº 59, de 26 de janeiro de 2024, para realização do processo seletivo de residente do MPDFT; e

CONSIDERANDO o processo SEI nº 19.04.3218.0105856/2023-82,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Instituir o Programa MPDFT Residente, que constitui modalidade de ensino supervisionado, com a finalidade de proporcionar o aprimoramento da formação teórica e prática dos profissionais do sistema de justiça e de áreas correlatas.

§ 1º O Programa MPDFT Residente dar-se-á por meio de ensino, pesquisa e extensão, e auxílio prático a membros (as) e servidores (as) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios no

desempenho de suas atribuições institucionais.

§ 2º A residência não cria vínculo empregatício de qualquer natureza entre o (a) residente e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

§ 3º Ao longo do programa, o (a) residente deverá receber orientações teóricas e práticas sobre a atuação do Ministério Público e será supervisionado (a) por um (a) membro (a) ou servidor (a) com formação na área correspondente.

§ 4º A implementação do programa de residência será condicionada à conveniência e oportunidade administrativa, observando-se a disponibilidade orçamentária e financeira.

CAPÍTULO II

DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA

Seção I

Das Modalidades

Art. 2º O programa de Residência será composto por:

I – residência jurídica: destinada a bacharéis em Direito que tenham concluído o curso de graduação há, no máximo, 5 (cinco) anos, ou que estejam cursando pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* em tema jurídico, considerando o interesse institucional;

II – residência em área de gestão ou áreas correlatas à atuação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios: destinada a graduados (as) que tenham concluído seus cursos nas áreas de conhecimento especificadas no Anexo Único desta Portaria Normativa há, no máximo, 5 (cinco) anos, contados da data do protocolo da inscrição do (a) candidato (a) ou que estejam cursando pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* nas áreas especificadas, considerando o interesse institucional.

§ 1º O prazo de 5 (cinco) anos, mencionado nos incisos I e II, deverá ser contado entre a data da colação de grau e a data do protocolo de inscrição de cada candidato.

§ 2º Consideram-se programas de pós-graduação, para fins de residência, os ministrados por instituições de ensino, públicas ou privadas, reconhecidas pelo Ministério da Educação, de forma direta ou conveniada, presencial ou à distância.

§ 3º Os cursos de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* deverão possuir carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula.

§ 4º Consideram-se pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* cursos de especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado.

§ 5º O (A) residente de pós-graduação deverá estar vinculado (a) ao respectivo programa de pós-graduação enquanto estiver vinculado (a) ao Programa MPDFT Residente.

§ 6º O (A) residente que concluir o curso de pós-graduação durante o Programa MPDFT Residente poderá renovar o termo de compromisso de residência mediante o início de nova pós-graduação, devidamente comprovado, observado o prazo máximo estabelecido no art. 4º desta Portaria.

Art. 3º O (A) residente poderá participar das atividades acadêmicas oferecidas pela Secretaria de Educação e Desenvolvimento Corporativo – Secor e restritas ao público interno do MPDFT.

Seção II

Da Duração e da Jornada

Art. 4º A duração da residência será de até 36 (trinta e seis) meses, sem possibilidade de prorrogação, com as datas de início e de término fixadas em termo de compromisso específico.

Art. 5º A jornada de atividades de residência será de 30 (trinta) horas semanais, não podendo a jornada diária superar 8 (oito) horas.

§ 1º Quando a jornada diária for igual ou superior a 6 (seis) horas, o (a) residente deverá fazer um intervalo para descanso de, no mínimo, 30 (trinta) minutos.

§ 2º A jornada de trabalho deverá ser cumprida durante o horário do expediente determinado no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

§ 3º Os primeiros 6 (seis) meses de trabalho do (a) residente deverão ser cumpridos em regime presencial.

§ 4º O (A) residente, após 6 (seis) meses de efetivo exercício, poderá requerer autorização para realizar as suas atividades em regime de teletrabalho.

§ 5º A chefia imediata fará avaliação da oportunidade e conveniência de autorizar o regime de teletrabalho ao (à) residente.

§ 6º O regime de teletrabalho deverá ser solicitado à Secretaria de Gestão de Pessoas e autorizado pela Secretaria-Geral, ouvido (a) o (a) orientador (a).

§ 7º Excepcionalmente, considerando a especificidade da atividade a ser desenvolvida pelo (a) residente, a Secretária-Geral, mediante pedido fundamentado da chefia máxima da unidade a qual o (a) residente estiver vinculado (a), poderá conceder teletrabalho desde o primeiro dia de contratação.

CAPÍTULO III

ATRIBUIÇÕES, DIREITOS, DEVERES E VEDAÇÕES

Seção I

Das Atribuições

Art. 6º São atribuições comuns a todos os (as) residentes:

I – auxiliar a execução das atividades administrativas desempenhadas pelo órgão a que estiver vinculado;

II – desenvolver atividades correlatas à área de formação e pesquisas que instrumentalizem as ações das diferentes áreas do Ministério Público na consecução dos objetivos institucionais;

III – levantar e tratar dados necessários ou convenientes ao exercício de suas atividades;

IV – realizar atividades de desenvolvimento de projetos, ações de melhoria, apoio administrativo e suporte técnico dentro da sua área de formação;

V – atender ao público, consoante orientações de seu (sua) orientador (a) e diretrizes traçadas pela Assessoria de Políticas de Atendimento ao Público – APA e pelo Núcleo de Atenção às Vítimas – NUAV;

VI – desempenhar quaisquer outras atividades compatíveis com sua formação acadêmica.

Parágrafo único. Além das atribuições a que se refere o caput deste artigo, compete aos (às) residentes jurídicos (as):

I – desenvolver atividades relacionadas à análise, triagem e movimentação de processos;

II – elaborar relatórios para fundamentar atos processuais;

III – estudar as matérias que lhes sejam confiadas, inclusive minutando peças para análise do órgão de execução respectivo;

IV – levantar dados, de conteúdo doutrinário ou jurisprudencial, necessários ou convenientes ao correspondente exercício funcional;

V – auxiliar a movimentação dos autos administrativos, judiciais e extrajudiciais, acompanhando a realização dos atos e termos correspondentes;

VI – executar outras atividades necessárias ao aprendizado, de modo a impulsionar os processos judiciais, extrajudiciais e de gestão administrativa da unidade em que estiver lotado (a).

Art. 7º O (A) orientador (a) da residência possui, entre outras, as seguintes atribuições:

I – exercer a fiscalização permanente das atividades desenvolvidas pelo (a) residente;

II – proceder às orientações necessárias à efetivação dos objetivos e das finalidades da residência;

III – fiscalizar o cumprimento da jornada de atividades a que estiver sujeito (a) o (a) residente, por meio do sistema de frequência;

IV – avaliar, semestralmente, o desempenho do (a) residente, dando-lhe ciência.

Seção II Dos Direitos

Art. 8º O (A) residente terá direito a:

I – bolsa-residência mensal;

II – auxílio-transporte, quando em regime de trabalho presencial;

III – período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias;

IV – ausentar-se do serviço:

a) por 8 (oito) dias consecutivos, em razão de falecimento do (a) cônjuge, companheiro (a) ou parente até o segundo grau, inclusive;

b) por 1 (um) dia, para alistamento militar ou seleção para o serviço militar;

c) pelo dobro de dias de trabalho prestado à Justiça Eleitoral durante a vigência do termo de compromisso;

d) por 1 (um) dia por semestre, para doação de sangue;

e) por, no máximo, 3 (três) dias por semestre, em virtude de participação em cursos, congressos, palestras, feira de ciências ou jornadas acadêmicas, desde que previamente autorizado pelo(a) orientador (a) e com posterior apresentação do certificado;

f) por 120 (cento e vinte) dias ou até o término da vigência do termo de compromisso, em caso de licença-maternidade;

g) por 8 (oito) dias consecutivos, para casamento;

h) por 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em caso de nascimento de filho (a);

i) por até 3 (três) dias no semestre, por motivo de doença em pessoa da família, assim considerada o (a) cônjuge ou companheiro (a), pais, padrasto ou madrasta, filhos e enteados ou dependente que viva às suas expensas;

j) por até 30 (trinta) dias consecutivos, por motivo de doença que impossibilite o exercício das suas funções.

V – emissão de certificado de residência expedido pela Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP, desde que concluído o Programa MPDFT Residente e cumpridas as normas previstas nesta Portaria e as estabelecidas no termo de compromisso.

§ 1º A fruição do recesso remunerado poderá ser fracionada em períodos não inferiores a 10 (dez) dias consecutivos, quando houver interesse do (a) residente e do Ministério Público.

§ 2º O pedido de recesso deverá ser autorizado pelo (a) orientador (a) do (a) residente e solicitado à Secretaria de Gestão de Pessoas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do início do período pretendido.

Art. 9º Os valores da bolsa-residência e do auxílio-transporte serão definidos por meio de portaria do Procurador-Geral de Justiça.

§ 1º A bolsa-residência mensal será paga proporcionalmente à frequência mensal do (a) residente.

§ 2º Serão debitados do valor da bolsa as horas ou os minutos não compensados de atrasos ou de saídas antecipadas, e as faltas injustificadas.

§ 3º Serão descontados do valor do auxílio-transporte os dias correspondentes às licenças, ausências, faltas injustificadas, trabalho remoto e gozo de recesso.

Seção III

Dos Deveres

Art. 10. São deveres do (a) residente:

I – atender às normas internas do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, principalmente aquelas relativas ao Programa MPDFT Residente, e exercer suas atividades com zelo, urbanidade e assiduidade;

II – atender à orientação que lhe for dada pelo (a) orientador (a);

III – cumprir o horário de atividades que lhe for fixado no termo de compromisso, registrando a frequência na forma estabelecida pela Instituição;

IV – comprovar, semestralmente, quando for o caso, a renovação da matrícula no respectivo curso;

V – zelar pelos bens patrimoniais do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

VI – manter sigilo sobre fatos de que tiver conhecimento no exercício de suas atividades;

VII – acatar as convocações, decisões e atos dos órgãos do Ministério Público relacionados ao Programa MPDFT Residente;

VIII – manter a urbanidade no trato com as pessoas no ambiente de trabalho;

IX – exercer suas atividades com comprometimento, retidão e dignidade;

X – comunicar imediatamente à SGP qualquer alteração relacionada à sua atividade acadêmica;

XI – manter atualizado seu cadastro, devendo anualmente fazer o recadastramento;

XII – comunicar o pedido de desligamento com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 11. Constituem também deveres do (a) residente, quando se encontrar em trabalho remoto:

I – atender às convocações para comparecimento às dependências do órgão, sempre que houver necessidade da unidade ou interesse da Administração;

II – manter os telefones de contato atualizados e ativos nos dias úteis, no horário de funcionamento do órgão;

III – consultar nos dias úteis a sua conta de e-mail funcional, no mínimo por duas vezes, e estar disponível por meio da plataforma Teams;

IV – manter a chefia imediata e o seu (sua) orientador (a) informados acerca da evolução do trabalho e de eventuais dificuldades que possam atrasar ou prejudicar o seu andamento;

V – reunir-se, conforme definição da chefia imediata ou de seu (sua) orientador (a), para apresentar resultados parciais e finais e obter orientações e informações, de modo a proporcionar o

acompanhamento dos trabalhos;

VI – preservar o sigilo dos dados acessados de forma remota, mediante observância das normas internas de segurança da informação e de comunicação, bem como manter atualizados os sistemas institucionais instalados nos equipamentos de trabalho.

Seção IV

Das Vedações

Art. 12. Ao (À) residente é vedado:

I – assinar, mesmo que em conjunto com seu (sua) orientador (a), documento de responsabilidade privativa de integrante do Ministério Público;

II – ter comportamento incompatível com a natureza da atividade desempenhada;

III – identificar-se invocando sua condição de residente do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ou usar papéis com timbre institucional para qualquer finalidade alheia às atividades da residência ou do âmbito institucional;

IV – praticar quaisquer atos, processuais ou extraprocessuais, que exijam capacidade postulatória ou que constituam atribuição exclusiva de órgão de execução do Ministério Público, inclusive assinar ofícios, peças processuais ou manifestações nos autos;

V – exercer atividade privada incompatível com sua condição de residente;

VI – exercer advocacia ou atividades com esta relacionadas;

VII – exercer funções judiciárias e policiais, bem como atividades de juiz leigo ou de conciliador dos Juizados Especiais;

VIII – exercer estágio, remunerado ou não, exceto se curricular obrigatório, ou participar de programa de residência em outra instituição pública;

IX – exercer cargo, emprego ou função pública nos Poderes Judiciário e Legislativo ou na Administração Pública direta ou indireta de quaisquer dos entes federativos;

X – atuar sob orientação direta de membro(a) do Ministério Público ou de servidor (a) investido (a) em cargo de direção, de chefia ou de assessoramento com o qual tenha vínculo de cônjuge ou companheiro (a), ou parentesco até o terceiro grau, inclusive;

XI – desempenhar atividades em unidade diversa daquela para qual foi credenciado, sem que tenha sido realocado ou autorizada a sua permuta por decisão, em ambos os casos, da Secretaria de Gestão de Pessoas;

XII – exercer suas funções se, no momento da convocação para a vaga, tramitar:

a) procedimento administrativo em que seja parte; ou

b) em decorrência do previsto na alínea a, processo judicial no qual o (a) residente seja o (a) titular a oficiar e seu/sua cônjuge, companheiro (a), ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, inclusive até o 3º grau, seja parte ou possua interesse direto.

Parágrafo único. Aos residentes de Psicologia e de Serviço Social é facultado assinar relatórios, desde que em conjunto com o seu (sua) orientador (a).

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO SELETIVO

Art. 13. A admissão no Programa MPDFT Residente ocorrerá mediante processo seletivo, a partir de critérios estabelecidos em edital disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

§ 1º A organização, o planejamento e a realização de processo seletivo destinado à formação de cadastro de reserva para admissão de residentes ficará a cargo da Secretaria de Educação e Desenvolvimento Corporativo e da Secretaria de Gestão de Pessoas.

§ 2º O número total de vagas a serem oferecidas para o Programa será fixado por ato da Procuradoria-Geral de Justiça.

§ 3º A avaliação deverá ser composta por, pelo menos, uma prova objetiva, sem identificação do candidato, sendo aprovados aqueles que obtiverem a nota mínima estipulada, com classificação da maior para a menor nota.

§ 4º É facultada a realização de prova subjetiva, sem identificação do candidato, bem como de etapa de entrevista com os candidatos classificados, conforme previsão no edital do processo seletivo.

CAPÍTULO V

DO INGRESSO E DO TERMO DE COMPROMISSO

Art. 14. O efetivo ingresso no Programa MPDFT Residente dar-se-á por meio de termo de compromisso, após aprovação do (a) candidato (a) em processo seletivo.

Parágrafo único. O processo de contratação será realizado pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

Art. 15. Para ser investido na função, o (a) interessado (a) deverá apresentar cópias do documento de identidade com foto, do cadastro de pessoa física, do comprovante de endereço e, também, de:

I – diploma, certificado de conclusão de curso ou outro documento que comprove a colação de grau em curso compatível com a vaga desejada;

II – declaração da instituição de ensino contendo informação sobre a matrícula, a frequência regular, a estrutura curricular e a previsão de término de curso de pós-graduação de especialização, de mestrado, de doutorado ou de pós-doutorado em área jurídica ou de conhecimento definidas no Anexo Único deste Ato, caso o candidato tenha concluído a graduação há mais de 5 (cinco) anos, contados da data do protocolo de sua inscrição;

III – em se tratando de residência jurídica, documento comprobatório de suspensão do registro junto à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, caso seja inscrito;

IV – declaração de que não atua como residente ou estagiário em outra instituição pública ou privada;

V – declaração de que não é servidor (a) público (a);

VI – declaração do candidato indicando agência e conta corrente em instituição financeira para depósito dos valores referentes à bolsa residência e ao auxílio- transporte;

VII – certidões negativas criminais no âmbito das Justiças Federal e Estadual de seu domicílio dos últimos cinco anos;

VIII – cópia do certificado de reservista, no caso de candidato do sexo masculino;

IX – certidão de quitação das obrigações eleitorais;

X – currículo atualizado;

XI – outros documentos constantes do respectivo edital de processo seletivo.

§ 1º A não apresentação dos documentos elencados impossibilitará a admissão do candidato no Programa MPDFT Residente.

§ 2º Não apresentada a documentação necessária à admissão no prazo de 10 (dez) dias, mesmo depois de prorrogado, justificadamente, por igual período, o candidato será, automaticamente, excluído da seleção.

§ 3º O documento de que trata o inciso III deste artigo deverá ser apresentado semestralmente.

Seção I

Da Celebração do Termo de Compromisso

Art. 16. O termo de compromisso de residência será firmado pelo (a) residente e pela Secretaria de Gestão de Pessoas, observados os preceitos legais e regulamentares, devendo especificar, entre outras questões:

- I – as datas de início e término da residência;
- II – a carga horária semanal da jornada de atividades a que estará sujeito o (a) residente;
- III – a lotação na qual deverão ser exercidas as funções;
- IV – o curso em que o (a) estudante estiver matriculado (a), quando for o caso;
- V – o nome do (a) orientador (a) da residência;
- VI – as atribuições do (a) residente, observado o disposto neste Ato e no edital do processo seletivo.

Parágrafo único. Sempre que se alterarem as características elencadas no art. 15, deverá o termo de compromisso ser aditado.

CAPÍTULO VI

DA TRANSFERÊNCIA

Art. 17. É permitida a realização de permuta entre os (as) residentes, desde que haja anuência dos (as) orientadores (as) e seja observada a conveniência administrativa.

Parágrafo único. O procedimento de permuta ou transferência dos (as) residentes somente poderá ser realizado por meio da Secretaria de Gestão de Pessoas, sendo vedado ao (à) membro (a) ou responsável pela unidade movimentar o (a) residente para outra unidade sem o referido procedimento.

CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO E DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO

Art. 18. A aprovação no Programa MPDFT Residente deve obedecer aos seguintes critérios:

- I – aprovação pelo (a) orientador (a) por meio de relatórios semestrais, nos termos da presente Portaria;
- II – frequência mínima de 75%;
- III – apresentação de Trabalho de Conclusão do Programa – TCP, aprovado pelo (a) orientador (a); e
- IV – cumprimento de carga horária mínima de 5% em cada uma das atividades: ensino, pesquisa e extensão.

Art. 19. O (A) residente terá seu desempenho avaliado semestralmente pelo (a) orientador (a) da residência, com base nos seguintes critérios:

- I – assiduidade e pontualidade;
- II – qualidade do trabalho;
- III – interesse e receptividade a orientações;
- IV – confiabilidade e responsabilidade;
- V – relacionamento interpessoal;
- VI – disciplina e observância de normas legais e regulamentares.

§ 1º Para cada um dos critérios definidos nos incisos deste artigo deverá ser atribuída pontuação de 1 (um) a 10 (dez).

§ 2º A nota semestral de avaliação de desempenho corresponderá à média aritmética simples das pontuações obtidas na forma do § 1º deste artigo.

§ 3º A nota final de avaliação de desempenho do (a) residente corresponderá à média aritmética simples das notas semestrais obtidas pelo (a) residente.

§ 4º Será considerado aprovado (a) na avaliação de desempenho o (a) residente que obtiver nota final de avaliação de desempenho superior a 60 (sessenta) pontos.

§ 5º Caso haja mudança de orientador (a), este deverá avaliar o (a) residente até a data da efetiva desvinculação e o (a) seu (sua) sucessor (a) deverá complementar a avaliação, fazendo os devidos registros.

Art. 20. Fará *jus* ao Certificado de Conclusão o (a) residente que cumprir os critérios previstos nos arts. 18 e 19 desta Portaria.

§ 1º O Certificado de Conclusão do Programa MPDFT Residente será expedido pela Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP ao término da residência, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I – o período de realização da residência;
- II – a jornada de atividades a que o (a) residente esteve sujeito (a);
- III – o total de horas cumpridas;
- IV – os locais de realização de residência.

§ 2º O certificado será assinado pelo Procurador-Geral de Justiça.

CAPÍTULO VIII

DO DESLIGAMENTO

Art. 21. O desligamento do (a) residente ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I – ao término do período previsto no termo de compromisso ou ao completar o período máximo de permanência no programa de residência;

II – a pedido do (a) residente;

III – de ofício, por interesse ou conveniência do Ministério Público;

IV – quando houver a prática de ato incompatível com a boa conduta ou avaliação da conduta como antiética ou antiprofissional, a ser especificada pelo (a) orientador (a);

V – por abandono, caracterizado pela ausência não justificada por mais de 8 (oito) dias consecutivos ou por 15 (quinze) dias intercalados no período de 12 (doze) meses;

VI – por descumprimento, pelo (a) residente, de cláusula do termo de compromisso;

VII – por violação a quaisquer dos incisos dos arts. 10, 11 ou 12 desta Portaria; ou

VIII – por conclusão, trancamento, desistência ou qualquer outro motivo que gere o afastamento do (a) residente de seu curso, quando for o caso.

§ 1º O desligamento se dará automaticamente nas hipóteses dos incisos I, II, III e V, e no caso de o (a) residente obter nota de avaliação de desempenho inferior a 6,0 (seis) pontos por 2 (duas) vezes seguidas ou 3 (três) vezes alternadas.

§ 2º Havendo desligamento por uma das hipóteses previstas nos incisos IV a VII deste artigo, não será possível a readmissão no Programa MPDFT Residente, mesmo que por meio de outro processo seletivo, nem a emissão do Certificado de Conclusão do Programa, ainda que preenchidos os critérios previstos no art. 18.

§ 3º O impedimento previsto no §2º será declarado e certificado pela Secretaria de Gestão de Pessoas por ocasião da rescisão do termo de compromisso e constará dos assentamentos funcionais do (a) residente.

CAPÍTULO IX

DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS – SGP

Art. 22. Compete à Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP:

I – controlar a distribuição das vagas do Programa MPDFT Residente, conforme determinado pela Administração Superior;

II – controlar a frequência do (a) residente;

III – gerar folha para o pagamento da bolsa-residência e do auxílio-transporte;

IV – processar os pedidos de desligamento dos (as) residentes;

V – prestar apoio ao (à) orientador (a) e ao (à) residente nos assuntos afetos às respectivas atribuições;

VI – decidir sobre pedidos de realocação e permutas;

VII – disponibilizar formulário de avaliação do (a) residente;

VIII – emitir Certificado de Conclusão do Programa MPDFT Residente, com as informações sobre duração e atividades desenvolvidas, desde que cumpridos os requisitos desta Portaria.

CAPÍTULO X

DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CORPORATIVO – SECOR

Art. 23. Compete à Secretaria de Educação e Desenvolvimento Corporativo – Secor:

I – reservar vagas para os (as) residentes nos cursos internos oferecidos a membros (as) e servidores (as);

II – aplicar avaliação do Programa MPDFT Residente aos (às) residentes, permitindo o aprimoramento contínuo desse Programa no âmbito do MPDFT;

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24. O Programa MDFT Residente será desenvolvido a partir de projeto pedagógico específico.

Art. 25. A Secretaria de Polícia Institucional – SPI procederá à pesquisa e ao relatório sobre a conduta social do (a) candidata (a) aprovado (a), como também a existência de eventuais registros de antecedentes criminais.

Art. 26. O relatório da SPI respeitará as hipóteses legais de sigilo e conterà, ao final, parecer pela celebração ou não do termo de compromisso com o (a) candidato (a) convocado (a). Havendo manifestação negativa, o caso será encaminhado para deliberação da Secretaria-Geral.

Art. 27. Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 28. Fica revogada a Portaria Normativa PGJ nº 971, de 13 de dezembro de 2023.

Art. 29. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA NORMATIVA Nº 986, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024**PROGRAMA DE RESIDÊNCIA****ÁREAS DE CONHECIMENTO DIVERSAS DO DIREITO**

O Programa de Residência em Área Diversa do Direito contará com vagas oferecidas para profissionais de ramos do conhecimento diversos do Direito, nas seguintes áreas de atuação:

1. Administração
2. Psicologia
3. Serviço Social
4. Letras
5. Comunicação Social
6. Design Gráfico
7. Educação
8. Tecnologia da Informação
9. Engenharia Ambiental
10. Ciências Contábeis
11. Geoprocessamento
12. Gestão Pública
13. Gestão Financeira
14. Estatística



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, **Procurador-Geral de Justiça**, em 22/02/2024, às 18:57, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0909055** e o código CRC **70672E38**.

19.04.3218.0105856/2023-82



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
1ª e 2ª CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO CÍVEIS ESPECIALIZADAS**

PAUTA – 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**27 de FEVEREIRO de 2024, às 15h
Sessão em Ambiente Virtual (Microsoft Teams)**

**Coordenador Administrativo Substituto das Câmaras
de Coordenação e Revisão**

MOISÉS ANTÔNIO DE FREITAS

**Membros
EXPEDIENTE**

1ª Câmara Cível

Maria Rosynete de O. Lima
Coordenadora
Membros Titulares
Márcia Pereira da Rocha
Laura Beatriz C. B. A. S. Rito

2ª Câmara Cível

Vítor Fernandes Gonçalves
Coordenador
Membros Titulares
Leonora Brandão M. P. Pinheiro
Alessandra Elias de Queiroga

ORDEM DO DIA

PROCESSO DE COORDENAÇÃO

1 - Processo SEI nº 19.04.6012.0095939/2023-18

Interessados: 1ª Unidade-fim Operacional de Feitos de Fazenda Pública e
6ª Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social.

Relator: Dr. Vítor Fernandes Gonçalves.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
1ª e 2ª CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO CÍVEIS ESPECIALIZADAS

Assunto: Conflito negativo de atribuição.

MOISÉS ANTÔNIO DE FREITAS
Coordenador Administrativo Substituto das Câmaras
de Coordenação e Revisão
Procurador de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DA ORDEM JURÍDICA CÍVEL ESPECIALIZADA

PAUTA DE JULGAMENTO 2ª/2024 - DA 6ª CÂMARA CÍVEL - SESSÃO ORDINÁRIA

29 de fevereiro de 2024, às 10h

Sessão Presencial - Via Microsoft TEAMS

(Edifício Sede do MPDFT, Praça do Buriti, Lote 02, 9º Andar, Sala nº 951)

Coordenador

ALEXANDRE FERNANDES GONÇALVES

Procurador de Justiça

Coordenador

Membros Titulares

ELINE LEVI PARANHOS

Procuradora de Justiça

Membro Titular

JOSÉ VALDENOR QUEIROZ JÚNIOR

Procurador de Justiça

Membro Titular

EXPEDIENTE

1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR

A. 1ª/2024 Sessão Ordinária, realizada no dia 30 de janeiro 2024.

2. COMUNICAÇÕES DO COORDENADOR

A. Os membros da 6ª Câmara Cível despacharam os expedientes recebidos via sistema NEOGAB, no período de 01 a 31 de janeiro de 2024 da seguinte forma:

- **Coordenador – DR. ALEXANDRE FERNANDES GONÇALVES:** 21 expedientes
- **1º Membro Titular – DRA. ELINE LEVI PARANHOS:** -
- **2º Membro Titular – DR. JOSÉ VALDENOR QUEIROZ JÚNIOR:** 99 expedientes

ORDEM DO DIA

Relator: Procurador de Justiça Dr. ALEXANDRE FERNANDES GONÇALVES - Coordenador

1. PP 08192.051035/2023-11 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Paulo Roberto Binichski

Interessado(s): Júlio César Lérias Ribeiro e outros

Assunto: Aquisição de produtos com vício de qualidade

2. NF 08192.009669/2024-44 – NeoGab Extrajudicial (Recurso) – 3ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Paulo Roberto Binichski

Interessado(s): Juliana dos Santos de Sousa e outro

Assunto: Possível falha na cobrança da fatura de consumo

3. ICP 08192.156035/2023-07 – NeoGab Extrajudicial – 4ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Leonardo Jubé de Moura

Interessado(s): Meyre Fátima Guimarães e outros

Assunto: Cláusula abusiva para pagamento de prêmio de seguro

4. PA 08192.041900/2023-11 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PROEDUC

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Anderson Pereira de Andrade

Interessado(s): Carlos Antonio Sarina e outros

Assunto: Falta de professor

Relatora: Procuradora de Justiça Dra. ELINE LEVI PARANHOS – Membro Titular

1. PP 08192.145517/2023-23 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Paulo Roberto Binichski

Interessado(s): Silvestrin Frutas Ltda. - CEASA de Brasília e outro

Assunto: Uso indevido de agrotóxicos

2. PP 08192.019897/2023-41 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Paulo Roberto Binicheski

Interessado(s): Lunuse da Silva Queiroz Silva Queiroz e outro

Assunto: Venda casada na exigência de aquisição de livros didáticos

3. PP 08192.055711/2023-18 – NeoGab Extrajudicial – 3ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Leonardo Jubé de Moura

Interessado(s): Igor Ribeiro Oliveira e outros

Assunto: Possibilidade da prática de estágio à distância para os cursos de bacharelado em enfermagem

4. NF 08192.193407/2023-78 – NeoGab Extrajudicial (Recurso) – 4ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Leonardo Jubé de Moura

Interessado(s): Jemina do Carmo Pignataro e outro

Assunto: Suposta violação a direito do consumidor

5. NF 08192.165460/2023-89 – NeoGab Extrajudicial (Recurso) – 4ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Leonardo Jubé de Moura

Interessado(s): Cornélio José de Santiago Filho e outro

Assunto: Suposta violação a direito do consumidor

6. PP 08192.078776/2023-31 – NeoGab Extrajudicial – 4ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Leonardo Jubé de Moura

Interessado(s): Associação de Proprietários do Residencial Santa Mônica e outros

Assunto: Práticas abusivas por parte de empresas construtoras

7. PP 08192.053297/2023-11 – NeoGab Extrajudicial – 4ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Leonardo Jubé de Moura

Interessado(s): Moradores do Condomínio Venice Park e outros

Assunto: Alegação de danos coletivos

8. PA 08192.040782/2023-16 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PROEDUC

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Anderson Pereira de Andrade

Interessado(s): Michelli Moraes e outro

Assunto: Alegação de falta de monitor exclusivo para atendimento de estudante

9. PA 08192.005408/2023-74 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PROEDUC

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Anderson Pereira de Andrade
Interessado(s): Ruth Sousa e outros
Assunto: Atendimento especializado

10. PA 08192.204771/2022-90 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PROEDUC

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Anderson Pereira de Andrade
Interessado(s): Colégio Militar Tiradentes e outro
Assunto: Suposta abordagem rigorosa com crianças e adolescentes

11. PA 08192.202235/2022-50 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PROEDUC

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Anderson Pereira de Andrade
Interessado(s): Regislane C. P. Lima e outros
Assunto: Alegação de atitude desrespeitosa de professor

Relator: Procurador de Justiça Dr. JOSÉ VALDENOR QUEIROZ JÚNIOR – Membro Titular

1. PP 08192.056009/2023-71 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Paulo Roberto Binicheski
Interessado(s): Letícia Seabra Melo Fernandes e outro
Assunto: Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

2. ICP 08192.070073/2023-65 – NeoGab Extrajudicial (Sigiloso) – 2ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Frederico Meinberg Ceroy
Interessado(s): I. S. C. e outros
Assunto: Apurar cláusulas contratuais abusivas em contrato de prestação de serviços educacionais.

3. PA 08192.100668/2022-71 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PROEDUC

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Anderson Pereira de Andrade
Interessado(s): Raquel Pereira e outros
Assunto: Atendimento Especializado

MANIFESTAÇÃO DO COORDENADOR

MANIFESTAÇÃO DOS MEMBROS

Brasília, fevereiro de 2024.

ALEXANDRE FERNANDES GONÇALVES

Coordenador

Procurador de Justiça



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

PAUTA – 4ª SESSÃO DA 2ª CÂMARA CRIMINAL - EXTRAORDINÁRIA

28 de fevereiro de 2024, às 10h

**Sessão Híbrida -Vídeoconferência –
Microsoft Teams/ Presencial**

(Edifício Sede do MPDFT, Praça do Buriti, Lote 02, 9º Andar, Sala nº 951)

**Coordenadora
MARTA ALVES DA SILVA**

**MOISÉS ANTÔNIO DE FREITAS - Membro Titular
JULIANA POGGIALI GASPARONI - Membro Titular**

EXPEDIENTE

1. APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES

- A.** Ata da 2ª Sessão da 2ª Câmara Criminal - Ordinária, de 08 de Fevereiro de 2024.
- B.** Ata da 3ª Sessão da 2ª Câmara Criminal - Extraordinária, de 21 de fevereiro de 2024.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

2. COMUNICAÇÕES - Os membros da 2ª Câmara Criminal despacharam os expedientes recebidos via sistema NEOGAB, no período de 01 a 23 de fevereiro, da seguinte forma:

- **Coordenadora:** Dra Marta Alves da Silva - **19** expedientes

- **1º Membro Titular:** Dr. Moisés Antônio de Freitas – **31** expedientes

- **2º Membro Titular:** - Dra. Juliana Poggiali Gasparoni e Oliveira - **15** expedientes

ORDEM DO DIA

**PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP RELATORIADA
DRA. MARTA ALVES DA SILVA – COORDENADORA**

1.PJE nº 0701263-02.2024.8.07.0006 – 2º Juizado Especial Cível e Criminal de Sobradinho (nº 08192.019624/2024-88 do MPDFT)

Autor do Fato: Suilha Alves de Sousa

Vítima: William Ferreira de Azevedo

Incidência Penal: Vias de Fato, injúria e ameaça



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

2.PJE nº 0709638-84.2023.8.07.0019 – Vara Criminal e do Tribunal do Júri do Recanto das Emas (nº 08192.201841/2023-39 do MPDFT)

Autor do Fato: Lucas Rego Lima

Incidência Penal: Art. 16, § 1º, inciso IV, da Lei nº 10.826/03

Advogado: Naira Alves Pereira – OAB/DF 53.786

3.PJE nº 0738969-62.2023.8.07.0003 – 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Ceilândia (nº 08192.235266/2023-78 do MPDFT)- SIGI-LOSO

Autor do Fato: J. K. D. de S.

Vítima: A. F. de B.

Incidência Penal: Ameaça

4.PJE nº 0700463-71.2024.8.07.0006 – 1º Juizado Especial Cível e Criminal de Sobradinho (nº 08192.008621/2024-19 do MPDFT)

Autor do Fato: Em apuração

Vítima: Em apuração

Incidência Penal: Vias de Fato, lesão corporal e ameaça

5.PJE nº 0707598-81.2022.8.07.0014 – Vara Criminal e do Tribunal do Júri do Guará (nº 08192.145998/2022-96 do MPDFT)

Autor do Fato: José de Almeida Barbosa Neto

Incidência Penal: Art. art. 302, *caput*, da Lei nº 9.503/97

Advogado: Bruno Caleo Araruna de Oliveira – OAB/DF 41.574



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

COMUNICAÇÃO DE DECISÃO MONOCRÁTICA EM PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP RELATORIA DA DRA. MARTA ALVES DA SILVA – COORDENADORA

1.PJE nº 0712473-02.2023.8.07.0001 – 2ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal (nº 08192.055243/2023-20 do MPDFT)

Autores do Fato: Luciene Ribeiro Souza e outros

Incidência Penal: Art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/06

Advogado: Géssica Colaci – OAB/DF nº 49.991

PROCESSOS NEOGAB EXTRAJUDICIAL - ARQUIVAMENTOS

1.Recurso na NF n.º 08192.211754/2023-90

Origem: 3ª Promotoria de Justiça Criminal de Sobradinho

Noticiante: Elson Edson Ferreira e Silva

Assunto: Crimes de ameaça, fraude processual e perseguição

2. NF n.º 08192.234486/2023-84

Origem: 3ª Promotoria de Justiça Militar

Vítimas: Pedro da Costa Souza

Francisco Pedro Pereira da Silva

Assunto: Agressões físicas experimentadas por preso em flagrante



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

3. NF n.º 08192.170515/2023-72 (Sigiloso)

Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional de Crimes contra a Criança e o Adolescente

Vítimas: L. S. C. M.

B. C. P.

Assunto: Abuso sexual

**COMUNICAÇÃO DE DECISÃO MONOCRÁTICA EM PROCESSO DO
NEOGAB EXTRAJUDICIAL - DRA. MARTA ALVES DA SILVA – COOR-
DENADORA**

1.NF n.º 08192.233571/2023-25

Origem: 3ª Promotoria de Justiça Militar

Vítima: Gilvan Rodrigues Júnior

Assunto: Agressões físicas experimentadas por preso em flagrante

2.NF n.º 08192.234341/2023-83

Origem: 1ª Promotoria de Justiça Militar

Vítima: Abinadabi Santana Gomes

Assunto: Agressões físicas experimentadas por preso em flagrante

3.NF n.º 08192.232582/2023-98

Origem: 3ª Promotoria de Justiça Militar

Vítima: Ray Johnathan Sousa Mendes

Assunto: Agressões físicas experimentadas por preso em flagrante



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

4.NF n.º 08192.219635/2023-85

Origem: 3ª Promotoria de Justiça Militar

Vítima: Anderson Rodrigues dos Santos

Assunto: Agressões físicas experimentadas por preso em flagrante

5.NF n.º 08192.217933/2023-31

Origem: 3ª Promotoria de Justiça Militar

Vítima: Tailson de Sousa Ferragem

Assunto: Agressões físicas experimentadas por preso em flagrante

**PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP - RELATORIA
DO DR. MOISÉS ANTÔNIO DE FREITAS – 1º. MEMBRO TITULAR :**

1.PJe 0749217-93.2023.8.07.0001 - 4ª Vara de Entorpecentes do DF

Investigado: Nelson Junio da Silva Sobrinho

Incidência Penal: Art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/06 e art. 16, *caput*, da Lei n.º 10.826/03

Advogado: RICARDO KOS JUNIOR- OAB/DF 31535

2.PJe 0728504-68.2021.8.07.0001 - 4ª Vara Criminal de Brasília

Vítima: Bruno Alves de Sousa

Incidência penal: Art. 121, §§ 3º e 4º do Código Penal



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

3.PJe 0700255-84.2024.8.07.0007 - 2ª Vara Criminal de Taguatinga

Investigado: Tiago Sousa Oliveira

Vítima: Oscarina lopes Gomes

Incidência penal: Art. 2º da Lei Nº 7.716/89

4.PJe 0700574-98.2023.8.07.0003 - 1ª Vara Criminal de Ceilândia

Investigado: Elton Lima da Silva

Vítima: José Fernando de Jesus

Incidência penal: Art. 303, *caput*, e 306, *caput*, ambos do Código de Trânsito Brasileiro

5.PJe nº 0702621-85.2022.8.07.0001– 1ª Vara Criminal da Circunscrição Judiciária de Brasília

Réu: Gastão Camimura

Incidência penal: art. 1º, II, c/c o art. 2º, I, ambos da Lei nº 8.137/90, c/c o art. 71 do Código Penal

Advogado: Antonio Alberto do Vale Cerqueria - OAB/DF nº 15.106

PROCESSOS NEOGAB EXTRAJUDICIAL - ARQUIVAMENTOS

1.Recurso na NF nº 08192.200295/2023-19

Origem: 10ª Promotoria de Justiça Criminal de Ceilândia



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

Recorrente: Márcio Miranda dos Santos

Assunto: Suposta prática de denúncia caluniosa

Advogado: Hercílio de Azevedo Aquino - OAB/DF Nº 33.148

**COMUNICAÇÃO DE DECISÃO MONOCRÁTICA EM PROCESSO DO
NEOGAB EXTRAJUDICIAL - DR. MOISÉS ANTÔNIO DE FREITAS –
1o. MEMBRO TITULAR :**

1.NF Nº 08192.015206/2024-11

Origem: 1ª Promotoria de Justiça Militar

Assunto: Suposta agressão física praticada contra custodiado

2.NF Nº 08192.234289/2023-65

Origem: 1º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial

Assunto: Suposta conduta ilegal de policiais

3.NF 08192.203797/2023-00 (Sigiloso)

Origem: Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional

Assunto: Supostas agressões físicas e perseguição em face de custodiado

4.NF Nº 08192.006024/2024-50

Origem: 10ª Promotoria de Justiça Criminal de Brasília

Assunto: Oferta de diplomas e carteiras de habilitação falsos



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

5.NF N° 08192.001576/2024-71

Origem: 3º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial – 3º NCAP

Assunto: Suposta conduta irregular de delegado de polícia

6.NF N° 08192.024708/2024-33

Origem: 2ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e de Defesa da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar de São Sebastião

Assunto: Suposto crime de desobediência

7. NF n° 08192.016910/2024-91 (Sigiloso)

Origem: 1ª Promotoria de Justiça Militar

Assunto: Suposta agressão física praticada contra custodiado

**PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP RELATORIA DA
DRA. JULIANA POGGIALI GASPARONI E OLIVEIRA – 2o. MEMBRO TI-
TULAR**

1.Pje n° 0720019-51.2023.8.07.0020 - PA n.º 08190.001381/23-17 (Sei n.º 19.04.3670.0099474/2023-37)

Autora do Fato: Amália Ramalho de Caldas

Vítima: Fábio Alves Damacena Lima

Incidência Penal: Artigo 339, do Código Penal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

2.PJe n.º 0741700-37.2023.8.07.0001 (n.º 08192.188140/2023-05)

Autor do Fato: Alcir Xavier Vitória Júnior

Vítima: Luiz Carlos de Oliveira

Incidência Penal: Art. 305 do CPB

Advogada: Karen Cristina Marques Lima – OAB/DF n.º 64.829

3.PJe n.º 0717254-52.2023.8.07.0006 (n.º 08192.235090/2023-54)

Autor do Fato: Paulo Luz Souza Santos

Vítima: Terezinha de Castro

Incidência Penal: Art. 42 da LCP

Advogado: Helder Lucio Rego – OAB/DF n.º 35.301

COMUNICAÇÃO DE DECISÃO MONOCRÁTICA EM PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP RELATORIA DA DRA. JULIANA POGGIALI GASPARONI E OLIVEIRA – 2o. MEMBRO TITULAR

1.PJe n.º 0700491-39.2024.8.07.0006 (n.º 08192.010276/2024-83)

Autor do Fato: João Suender Moreira

Vítima: Tais Bennato

Incidência Penal: Art. 147-B do CPB

PROCESSOS NEOGAB EXTRAJUDICIAL - ARQUIVAMENTOS

1.Recurso na NF n.º 08192.158127/2023-13 – NeoGab Extrajudicial (Segredo de Justiça)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

Origem: Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial – NCAP

Envolvido: L. C. P. S.

Assunto: Demora na instauração de procedimento investigatório.

COMUNICAÇÃO DE DECISÃO MONOCRÁTICA NEOGAB EXTRAJUDICIAL:

1.PIC n.º 08192.199955/2022-21 – Sigiloso

Origem: Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional - NUPRI

Envolvidos: M. F.

M. R. M.

Assunto: Agressões contra internos.

2.NF n.º 08192.144037/2023-45

Origem: 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Brasília

Envolvidos: Márcia dos Santos da Silva

Banco de Brasília S.A. – BRB

Assunto: Desobediência

3.PP n.º 08192.055426/2023-05

Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde

Envolvido: Weldson Muniz Pereira

Assunto: Acordo de Não Persecução Penal.

Advogada: Alexia Ruiz González Paulon – OAB/DF n.º 76.310



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

COMUNICAÇÕES DOS MEMBROS

MARTA ALVES DA SILVA
Coordenadora
Procuradora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG Nº 250/2024

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 19.04.3273.0008186/2024-78;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria Normativa SG nº 125, de 5 de maio de 2017, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, os procedimentos relativos ao ingresso, controle, movimentação e desfazimento de materiais permanentes,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir **Comissão de Desfazimento** para proceder à avaliação e classificação de bens móveis de propriedade do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para doação.

Art. 2º Designar os servidores **WERCILENE OLIVEIRA COSTA GUIMARÃES**, matrícula nº 4304, **ANTÔNIO CARLOS MAÇÃO**, matrícula nº 898, e **CLEITON MOREIRA BARROS**, matrícula nº 3136, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão.

Art. 3º A Comissão de Desfazimento deverá executar os trabalhos no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado eletronicamente)

CLAUDIA MARIA RAMOS



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA MARIA RAMOS**, **Secretária-Geral Adjunta**, em 22/02/2024, às 20:26, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0909087** e o código CRC **36A96251**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG Nº 251/2024

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do processo nº 19.04.5462.0016687/2024-04,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a contar de 04/03/2024, a servidora **KATIA DA SILVA SANGALETI**, matrícula 2949-1, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Seção de Controle de Atendimento da Ouvidoria, código CC-01 (50010023).

Art. 2º Dispensar, a contar de 04/03/2024, a servidora **KATIA DA SILVA SANGALETI**, matrícula 2949-1, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, do encargo de substituta do cargo em comissão de Chefe da Seção de Controle de Atendimento da Ouvidoria, código CC-01 (50010023).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado Eletronicamente)
CLÁUDIA MARIA RAMOS



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA MARIA RAMOS, Secretária-Geral Adjunta**, em 22/02/2024, às 20:25, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdf.t.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0910421** e o código CRC **A898C082**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG Nº 252/2024

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do processo nº 19.04.5462.0016410/2024-14,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a contar de 04/03/2024, a servidora **SUELY GOMES DE CARVALHO**, matrícula 1380-3, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Seção de Tratamento de Informações, Dados e Relatórios da Ouvidoria, código CC-01 (50010021), exonerando-a, em consequência, do cargo em comissão de Chefe da Seção de Controle de Atendimento da Ouvidoria, código CC-01 (50010023).

Art. 2º Designar, a contar de 04/03/2024, a servidora **SUELY GOMES DE CARVALHO**, matrícula 1380-3, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Subsecretário Operacional da Ouvidoria, código CC-02 (50010020).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado Eletronicamente)
CLÁUDIA MARIA RAMOS



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA MARIA RAMOS**, Secretária-Geral Adjunta, em 22/02/2024, às 20:25, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0910431** e o código CRC **0B5CD962**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG Nº 253/2024

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018,

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 — Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO a edição da Portaria Normativa nº 876, de 3 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a elaboração de estudo técnico preliminar – ETP para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

CONSIDERANDO a edição da Portaria Normativa nº 877, de 3 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR para aquisição de bens e contratação de serviços no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização, celeridade nos trabalhos e diminuição de riscos que possam comprometer as contratações pretendidas,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir comissão para proceder ao planejamento das contratações referente ao processo 19.04.4586.0055476/2023-58 - aquisição de tapetes para o MPDFT, cabendo à referida comissão as definições em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos, especificações técnicas, riscos, análise da viabilidade técnica e econômica da contratação e demais características, por meio dos seguintes documentos:

- I. Estudos Técnicos Preliminares;
- II. Termo de Referência;
- III. Mapa de Riscos.

Art. 3º Designar os servidores **SALETTE ALVES DE CARVALHO**, matrícula nº 3601-3, **RITA CANDEIA CHIBA DE SOUZA LIMA**, matrícula nº 5526; e **MAICON JOSÉ DOS SANTOS**, matrícula nº 3213, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão.

Art. 4º Estabelecer que a comissão designada no art. 1º tem caráter permanente.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado eletronicamente)
CLAUDIA MARIA RAMOS



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA MARIA RAMOS, Secretária-Geral Adjunta**, em 22/02/2024, às 20:24, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0910755** e o código CRC **B316E79B**.

19.04.4586.0108941/2023-57

0910755v3



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Secretaria-Geral - SG
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DECISÃO ADMINISTRATIVA - DEFERIDO/AUTORIZADO

SEI: 19.04.4204.0010539/2022-91

INTERESSADO: RUTERSON VIEIRA TEIXEIRA DE FREITAS

ASSUNTO: MIGRAÇÃO DE REGIME – BENEFÍCIO ESPECIAL

TERMO DE RECONHECIMENTO DE BENEFÍCIO ESPECIAL

RECONHEÇO o Benefício Especial no valor de **R\$ 5.820,14** (cinco mil, oitocentos e vinte reais e catorze centavos), em favor de **RUTERSON VIEIRA TEIXEIRA DE FREITAS**, mat. 4282, ocupante do cargo de Analista do MPU/Perito em Medicina do Trabalho, nos termos do art. 3º da Lei nº 12.618/2012, tendo em vista a migração para o Regime Próprio de Previdência Social com os benefícios limitados ao teto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, realizada em 28 de novembro de 2022.

Para cálculo do Benefício Especial, foram considerados, além do tempo de contribuição exercido junto a este Ministério Público, o tempo devidamente averbado de regimes próprios decorrentes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme método de cálculo disciplinado pelos §§ 2º e 3º do art. 3º da Lei nº 12.618/2012 e orientações constantes da Portaria Conjunta STF/MPU nº 3/2018.

Destaca-se que a averbação de tempo de serviço em momento posterior, bem como a inclusão ou exclusão de contribuições na base de cálculo, poderão ensejar a revisão do Benefício Especial. Por fim, cabe apontar que o Benefício Especial será atualizado conforme dispõe o § 6º do art. 3º da Lei nº 12.618/2012 e pago pelo órgão competente da União, por ocasião da concessão de aposentadoria, inclusive por invalidez, ou pensão por morte pelo regime próprio de previdência da União, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, enquanto perdurar o benefício pago por esse regime.

Dê-se ciência, registre-se e publique-se.

(Assinado Eletronicamente)

CLAUDIA MARIA RAMOS

Secretária-Geral Adjunta do MPDFT



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA MARIA RAMOS, Secretária-Geral Adjunta**, em 22/02/2024, às 20:26, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0909435** e o código CRC **6CD3E2A2**.

19.04.4204.0010539/2022-91

0909435v2



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 155, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.5462.0015376/2024-93,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor ALIOMAR LUIS LIMA DE OLIVEIRA, matrícula 4240-4, Analista do MPU/Gestão Pública da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Secretário Executivo da Secretaria Executiva da Ouvidoria, código CC-04 (50010019).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 22/02/2024, às 14:41, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0898010** e o código CRC **E1BBDAC**.

19.04.5462.0015376/2024-93



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 157, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024

Designa membros em atuação nas Promotorias de Justiça Cíveis, Família, Órfãos e Sucessões para atuarem como membros auxiliares nas 61ª e 65ª Promotorias de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do MPDFT.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159,

CONSIDERANDO o disposto na Portaria Normativa PGJ nº 897, de 14 de abril de 2023, que cria, no âmbito do MPDFT, o Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta feita aos membros em lotação nas Promotorias de Justiça de Família, integrantes do rol de membros auxiliares do NUMEC-PRE, por meio de mensagem eletrônica, via e-mail (chefegab@mpdft.mp.br), e pelo whatsapp da Chefia de Gabinete, ocorrida no dia 16 de fevereiro de 2024; e

CONSIDERANDO o disposto no Processo SEI nº 19.04.3756.0015998/2024-62,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Promotora de Justiça KÁTIA CHRISTINA LEMOS para officiar, nos períodos de 24 de fevereiro a 1º de março de 2024, de 23 a 29 de março de 2024 e de 20 a 26 de abril de 2024, junto à 61ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 2º Designar o Promotor de Justiça MILTON DE CARLOS JÚNIOR para officiar, nos períodos de 24 de fevereiro a 1º de março de 2024, de 23 a 29 de março de 2024 e de 20 a 26 de abril de 2024, junto à 65ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 3º Designar a Promotora de Justiça AMANDA TUMA para officiar, nos períodos de 2 a 8 de março de 2024, de 30 de março a 5 de abril de 2024 e de 27 de abril a 3 de maio de 2024, junto à 61ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 4º Designar o Promotor de Justiça RICARDO WITTLER CONTARDO para officiar, nos períodos de 2 a 8 de março de 2024, de 30 de março a 5 de abril de 2024 e de 27 de abril a 3 de maio

de 2024, junto à 65ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 5º Designar a Promotora de Justiça LINA MARIA DA MATTA E SILVA GLANSMANN para officiar, nos períodos de 9 a 15 de março de 2024, de 6 a 12 de abril de 2024 e de 4 a 10 de maio de 2024, junto à 61ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 6º Designar o Promotor de Justiça HUDSON DE MORAES para officiar, nos períodos de 9 a 15 de março de 2024, de 6 a 12 de abril de 2024 e de 4 a 10 de maio de 2024, junto à 65ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 7º Designar o Promotor de Justiça FABIANO COELHO VIEIRA para officiar, nos períodos de 16 a 22 de março de 2024, de 13 a 19 de abril de 2024 e de 11 a 17 de maio de 2024, junto à 61ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 8º Designar o Promotor de Justiça DOUGLAS WILLIAM MAGALHÃES para officiar, nos períodos de 16 a 22 de março de 2024, de 13 a 19 de abril de 2024 e de 11 a 17 de maio de 2024, junto à 65ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional, junto ao Núcleo de Mediação e Conciliação Pré-Processual – NUMEC-PRE do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, **Procurador-Geral de Justiça**, em 22/02/2024, às 14:43, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0898267** e o código CRC **74BDC1C4**.

19.04.3756.0015998/2024-62



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 159, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO a solicitação constante do Processo SEI nº 19.04.4510.0007065/2024-53,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a cessão do servidor MARCELO TAKATSU, Analista do MPU/Desenvolvimento de Sistemas, matrícula 5343, para exercer a Função Comissionada Executiva de Coordenador de Gestão de Projetos de TIC, FCE 1.11, da Coordenação-Geral de Relacionamento, Governança e Projetos, do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde, da Secretaria de Informação e Saúde Digital, do Ministério Saúde, pelo prazo de 1 (um) ano, com fulcro no art. 93, inciso I, §1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, c/c art. 3º, inciso I e § 1º, da Portaria PGR/MPU nº 15, de 21 de março de 2019.

Parágrafo único. O servidor deverá realizar a atualização anual de seus dados cadastrais, em observância ao inciso XIX do art. 117 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, Procurador-Geral de Justiça, em 22/02/2024, às 14:48, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0900879** e o código CRC **A4E67AC2**.

19.04.4510.0007065/2024-53



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 160, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.3701.0016179/2024-74,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora MARTHA EDNA DOS PASSOS COSTA SOUZA, matrícula 3073-2, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Assessor Chefe II da Assessoria de Legislação de Gestão de Pessoas da Secretaria de Gestão de Pessoas, código CC-03 (62050113), exonerando, em consequência, a servidora FLAVIA FRANCINNY BRITO DE OLIVEIRA, matrícula 4669-8.

Art. 2º Nomear a servidora JOYCE MORATO DE SOUSA MAIA, matrícula 4243-9, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Assessor Chefe de Apoio Operacional da Assessoria de Legislação de Gestão de Pessoas da Secretaria de Gestão de Pessoas, código CC-01 (62050097), exonerando, em consequência, a servidora MARTHA EDNA DOS PASSOS COSTA SOUZA, matrícula 3073-2.

Art. 3º Designar a servidora JOYCE MORATO DE SOUSA MAIA, matrícula 4243-9, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Assessor Chefe II da Assessoria de Legislação de Gestão de Pessoas da Secretaria de Gestão de Pessoas, código CC-03 (62050113), dispensando, em consequência, a servidora MARTHA EDNA DOS PASSOS COSTA SOUZA, matrícula 3073-2.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 22/02/2024, às 14:41, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0902709** e o código CRC **7940ADE9**.

19.04.3701.0016179/2024-74



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 162, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024

Altera a Portaria PGJ nº 110, de 5 de fevereiro de 2024, que designa membros do MPDFT para, no período 1º a 29 de fevereiro de 2024, oficiarem no plantão processual de 1ª instância do MPDFT.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.3756.0011783/2024-86,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Portaria PGJ nº 110, de 5 de fevereiro de 2024, no que se refere à designação de plantonistas presenciais para o plantão de 1ª instância do MPDFT, nos dias 25 e 28 de fevereiro de 2024, que passa a vigorar da seguinte maneira:

DATA	MEMBRO	DESIGNAÇÃO
25/2/2024	- FERNANDA MOLYNA (278)	AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA
28/2/2024	- LEANDRO LARA MOREIRA (311)	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 23/02/2024, às 15:21, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0906297** e o código CRC **0BAC6E65**.

19.04.3756.0011783/2024-86



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 163, DE 21 DE FEVEREIRO 2024

Autoriza o afastamento do Promotor de Justiça ROBERTO CARLOS BATISTA para participar do XXII Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, a realizar-se nos dias 24, 25 e 26 de abril de 2024, em Belém/PA.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.3389.0009678/2024-55,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o afastamento do Promotor de Justiça ROBERTO CARLOS BATISTA para participar do XXII Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, a realizar-se nos dias 24, 25 e 26 de abril de 2024, em Belém/PA, com prejuízo das suas atuais designações.

Parágrafo único. O afastamento dar-se-á com ônus de diárias e passagens aéreas para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 22/02/2024, às 14:48, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0905881** e o código CRC **C60314A1**.

19.04.3389.0009678/2024-55



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 173, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO a solicitação constante do Procedimento SEI nº 19.04.4343.0003637/2023-57,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a cessão do servidor ARTHUR FELIPE CARDOSO RIBEIRO DA COSTA, Analista do MPU/Direito, matrícula 5506, para continuar exercendo, no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, a função de confiança de Assessor Adjunto V, código FC-05, do Núcleo de Feitos Previdenciários, Contratos e Matérias Administrativas Diversas do Gabinete do Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 14 de abril de 2024, com fulcro no art. 93, inciso I e §1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, c/c art. 3º, inciso I e §§ 1º, 2º e 5º, da Portaria PGR/MPU nº 15, de 21 de março de 2019.

Parágrafo único. O servidor deverá realizar a atualização anual de seus dados cadastrais, em observância ao inciso XIX do art. 117 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, Procurador-Geral de Justiça, em 23/02/2024, às 16:31, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0912543** e o código CRC **0F0584B7**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 174, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024

Autoriza a participação do Promotor de Justiça **MARCEL BERNARDI MARQUES** no Encontro Presencial do Grupo Nacional do Patrimônio Público – GNPP/CNPG, nos dias 4 e 5 de abril de 2024, em Goiânia/GO.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.3670.0014763/2024-68,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a participação do Promotor de Justiça **MARCEL BERNARDI MARQUES** no Encontro Presencial do Grupo Nacional do Patrimônio Público do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais – GNPP/CNPG, nos dias 4 e 5 de abril de 2024, em Goiânia/GO, sem prejuízo das suas atuais designações.

Parágrafo único. A participação dar-se-á com ônus de deslocamento em veículo próprio e de diárias para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, Procurador-Geral de Justiça, em 23/02/2024, às 16:32, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0912591** e o código CRC **54747721**.

19.04.3670.0014763/2024-68



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 175, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO a solicitação constante do Processo SEI nº 19.04.4343.0008174/2023-69,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a cessão da servidora JANAÍNA GOMES AGUIAR CASCÃO, Analista do MPU/Direito, matrícula nº 3634, para continuar a exercer o cargo em comissão de Assessor de Ministro, código CJ-3, no Gabinete do Ministro Benedito Gonçalves, no Superior Tribunal de Justiça, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 21 de março de 2024, com fulcro no art. 93, inciso I, §1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, c/c art. 3º, inciso I e § 1º, da Portaria PGR/MPU nº 15, de 21 de março de 2019.

Parágrafo único. A servidora deverá realizar a atualização anual de seus dados cadastrais, em observância ao inciso XIX do art. 117 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, Procurador-Geral de Justiça, em 23/02/2024, às 16:19, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0912608** e o código CRC **018F6DDD**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 176, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024

Autoriza a participação de membros do MPDFT no evento Record TV nas Cidades, a realizar-se no dia 24 de fevereiro de 2024, em Santa Maria/DF.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.3105.0009786/2024-41,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a participação dos Procuradores de Justiça JOSÉ EDUARDO SABO PAES e ANTONIO MARCOS DEZAN, dos Promotores de Justiça JAMIL AMORIM FILHO, ANA PAULA TOMÁS FERREIRA, VYVYANY VIANA NASCIMENTO DE AZEVEDO GOULART, ANDRÉ LUIZ PEREIRA DO LAGO CÉSAR, ALINE RANIERO FONSECA NAOUM, DANIELA ALBUQUERQUE MARQUES e BERNARDO BARBOSA MATOS e os Promotores de Justiça Adjuntos SOFIA SCHLOSSER, KAROLINE ARAÚJO DE PRADO e OTÁVIO BINATO JÚNIOR no evento Record TV nas Cidades, a realizar-se no dia 24 de fevereiro de 2024, em Santa Maria/DF, com o intuito de realizar a promoção da cidadania e prestar esclarecimentos à população sobre o impacto do Ministério Público no incremento ao acesso de serviços essenciais através do monitoramento e fiscalização das diversas políticas públicas do Distrito Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, **Procurador-Geral de Justiça**, em 23/02/2024, às 17:59, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0913908** e o código CRC **F2D18C46**.

19.04.3105.0009786/2024-41



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA NORMATIVA Nº 986, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2024

Institui e regulamenta o Programa de Residência do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e revoga a Portaria Normativa PGJ nº 971, de 13 de dezembro de 2023.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o teor da Resolução nº 246, de 24 de maio de 2022, do Conselho Nacional do Ministério Público, que autorizou os ramos e as unidades do Ministério Público brasileiro a instituírem programas de residência;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação interna para implementação do Programa de Residência no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

CONSIDERANDO o disposto no art. 205 da Constituição da República, que consagra direito amplo à educação, traçando suas potencialidades no campo existencial do indivíduo e sua especial relevância para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO os encaminhamentos apresentados pela comissão instituída pela Portaria PGJ nº 59, de 26 de janeiro de 2024, para realização do processo seletivo de residente do MPDFT; e

CONSIDERANDO o processo SEI nº 19.04.3218.0105856/2023-82,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Instituir o Programa MPDFT Residente, que constitui modalidade de ensino supervisionado, com a finalidade de proporcionar o aprimoramento da formação teórica e prática dos profissionais do sistema de justiça e de áreas correlatas.

§ 1º O Programa MPDFT Residente dar-se-á por meio de ensino, pesquisa e extensão, e auxílio prático a membros (as) e servidores (as) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios no

desempenho de suas atribuições institucionais.

§ 2º A residência não cria vínculo empregatício de qualquer natureza entre o (a) residente e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

§ 3º Ao longo do programa, o (a) residente deverá receber orientações teóricas e práticas sobre a atuação do Ministério Público e será supervisionado (a) por um (a) membro (a) ou servidor (a) com formação na área correspondente.

§ 4º A implementação do programa de residência será condicionada à conveniência e oportunidade administrativa, observando-se a disponibilidade orçamentária e financeira.

CAPÍTULO II

DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA

Seção I

Das Modalidades

Art. 2º O programa de Residência será composto por:

I – residência jurídica: destinada a bacharéis em Direito que tenham concluído o curso de graduação há, no máximo, 5 (cinco) anos, ou que estejam cursando pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* em tema jurídico, considerando o interesse institucional;

II – residência em área de gestão ou áreas correlatas à atuação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios: destinada a graduados (as) que tenham concluído seus cursos nas áreas de conhecimento especificadas no Anexo Único desta Portaria Normativa há, no máximo, 5 (cinco) anos, contados da data do protocolo da inscrição do (a) candidato (a) ou que estejam cursando pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* nas áreas especificadas, considerando o interesse institucional.

§ 1º O prazo de 5 (cinco) anos, mencionado nos incisos I e II, deverá ser contado entre a data da colação de grau e a data do protocolo de inscrição de cada candidato.

§ 2º Consideram-se programas de pós-graduação, para fins de residência, os ministrados por instituições de ensino, públicas ou privadas, reconhecidas pelo Ministério da Educação, de forma direta ou conveniada, presencial ou à distância.

§ 3º Os cursos de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* deverão possuir carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula.

§ 4º Consideram-se pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* cursos de especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado.

§ 5º O (A) residente de pós-graduação deverá estar vinculado (a) ao respectivo programa de pós-graduação enquanto estiver vinculado (a) ao Programa MPDFT Residente.

§ 6º O (A) residente que concluir o curso de pós-graduação durante o Programa MPDFT Residente poderá renovar o termo de compromisso de residência mediante o início de nova pós-graduação, devidamente comprovado, observado o prazo máximo estabelecido no art. 4º desta Portaria.

Art. 3º O (A) residente poderá participar das atividades acadêmicas oferecidas pela Secretaria de Educação e Desenvolvimento Corporativo – Secor e restritas ao público interno do MPDFT.

Seção II

Da Duração e da Jornada

Art. 4º A duração da residência será de até 36 (trinta e seis) meses, sem possibilidade de prorrogação, com as datas de início e de término fixadas em termo de compromisso específico.

Art. 5º A jornada de atividades de residência será de 30 (trinta) horas semanais, não podendo a jornada diária superar 8 (oito) horas.

§ 1º Quando a jornada diária for igual ou superior a 6 (seis) horas, o (a) residente deverá fazer um intervalo para descanso de, no mínimo, 30 (trinta) minutos.

§ 2º A jornada de trabalho deverá ser cumprida durante o horário do expediente determinado no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

§ 3º Os primeiros 6 (seis) meses de trabalho do (a) residente deverão ser cumpridos em regime presencial.

§ 4º O (A) residente, após 6 (seis) meses de efetivo exercício, poderá requerer autorização para realizar as suas atividades em regime de teletrabalho.

§ 5º A chefia imediata fará avaliação da oportunidade e conveniência de autorizar o regime de teletrabalho ao (à) residente.

§ 6º O regime de teletrabalho deverá ser solicitado à Secretaria de Gestão de Pessoas e autorizado pela Secretaria-Geral, ouvido (a) o (a) orientador (a).

§ 7º Excepcionalmente, considerando a especificidade da atividade a ser desenvolvida pelo (a) residente, a Secretária-Geral, mediante pedido fundamentado da chefia máxima da unidade a qual o (a) residente estiver vinculado (a), poderá conceder teletrabalho desde o primeiro dia de contratação.

CAPÍTULO III

ATRIBUIÇÕES, DIREITOS, DEVERES E VEDAÇÕES

Seção I

Das Atribuições

Art. 6º São atribuições comuns a todos os (as) residentes:

I – auxiliar a execução das atividades administrativas desempenhadas pelo órgão a que estiver vinculado;

II – desenvolver atividades correlatas à área de formação e pesquisas que instrumentalizem as ações das diferentes áreas do Ministério Público na consecução dos objetivos institucionais;

III – levantar e tratar dados necessários ou convenientes ao exercício de suas atividades;

IV – realizar atividades de desenvolvimento de projetos, ações de melhoria, apoio administrativo e suporte técnico dentro da sua área de formação;

V – atender ao público, consoante orientações de seu (sua) orientador (a) e diretrizes traçadas pela Assessoria de Políticas de Atendimento ao Público – APA e pelo Núcleo de Atenção às Vítimas – NUAV;

VI – desempenhar quaisquer outras atividades compatíveis com sua formação acadêmica.

Parágrafo único. Além das atribuições a que se refere o caput deste artigo, compete aos (às) residentes jurídicos (as):

I – desenvolver atividades relacionadas à análise, triagem e movimentação de processos;

II – elaborar relatórios para fundamentar atos processuais;

III – estudar as matérias que lhes sejam confiadas, inclusive minutando peças para análise do órgão de execução respectivo;

IV – levantar dados, de conteúdo doutrinário ou jurisprudencial, necessários ou convenientes ao correspondente exercício funcional;

V – auxiliar a movimentação dos autos administrativos, judiciais e extrajudiciais, acompanhando a realização dos atos e termos correspondentes;

VI – executar outras atividades necessárias ao aprendizado, de modo a impulsionar os processos judiciais, extrajudiciais e de gestão administrativa da unidade em que estiver lotado (a).

Art. 7º O (A) orientador (a) da residência possui, entre outras, as seguintes atribuições:

I – exercer a fiscalização permanente das atividades desenvolvidas pelo (a) residente;

II – proceder às orientações necessárias à efetivação dos objetivos e das finalidades da residência;

III – fiscalizar o cumprimento da jornada de atividades a que estiver sujeito (a) o (a) residente, por meio do sistema de frequência;

IV – avaliar, semestralmente, o desempenho do (a) residente, dando-lhe ciência.

Seção II

Dos Direitos

Art. 8º O (A) residente terá direito a:

I – bolsa-residência mensal;

II – auxílio-transporte, quando em regime de trabalho presencial;

III – período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias;

IV – ausentar-se do serviço:

a) por 8 (oito) dias consecutivos, em razão de falecimento do (a) cônjuge, companheiro (a) ou parente até o segundo grau, inclusive;

b) por 1 (um) dia, para alistamento militar ou seleção para o serviço militar;

c) pelo dobro de dias de trabalho prestado à Justiça Eleitoral durante a vigência do termo de compromisso;

d) por 1 (um) dia por semestre, para doação de sangue;

e) por, no máximo, 3 (três) dias por semestre, em virtude de participação em cursos, congressos, palestras, feira de ciências ou jornadas acadêmicas, desde que previamente autorizado pelo(a) orientador (a) e com posterior apresentação do certificado;

f) por 120 (cento e vinte) dias ou até o término da vigência do termo de compromisso, em caso de licença-maternidade;

g) por 8 (oito) dias consecutivos, para casamento;

h) por 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em caso de nascimento de filho (a);

i) por até 3 (três) dias no semestre, por motivo de doença em pessoa da família, assim considerada o (a) cônjuge ou companheiro (a), pais, padrasto ou madrasta, filhos e enteados ou dependente que viva às suas expensas;

j) por até 30 (trinta) dias consecutivos, por motivo de doença que impossibilite o exercício das suas funções.

V – emissão de certificado de residência expedido pela Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP, desde que concluído o Programa MPDFT Residente e cumpridas as normas previstas nesta Portaria e as estabelecidas no termo de compromisso.

§ 1º A fruição do recesso remunerado poderá ser fracionada em períodos não inferiores a 10 (dez) dias consecutivos, quando houver interesse do (a) residente e do Ministério Público.

§ 2º O pedido de recesso deverá ser autorizado pelo (a) orientador (a) do (a) residente e solicitado à Secretaria de Gestão de Pessoas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do início do período pretendido.

Art. 9º Os valores da bolsa-residência e do auxílio-transporte serão definidos por meio de portaria do Procurador-Geral de Justiça.

§ 1º A bolsa-residência mensal será paga proporcionalmente à frequência mensal do (a) residente.

§ 2º Serão debitados do valor da bolsa as horas ou os minutos não compensados de atrasos ou de saídas antecipadas, e as faltas injustificadas.

§ 3º Serão descontados do valor do auxílio-transporte os dias correspondentes às licenças, ausências, faltas injustificadas, trabalho remoto e gozo de recesso.

Seção III

Dos Deveres

Art. 10. São deveres do (a) residente:

I – atender às normas internas do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, principalmente aquelas relativas ao Programa MPDFT Residente, e exercer suas atividades com zelo, urbanidade e assiduidade;

II – atender à orientação que lhe for dada pelo (a) orientador (a);

III – cumprir o horário de atividades que lhe for fixado no termo de compromisso, registrando a frequência na forma estabelecida pela Instituição;

IV – comprovar, semestralmente, quando for o caso, a renovação da matrícula no respectivo curso;

V – zelar pelos bens patrimoniais do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

VI – manter sigilo sobre fatos de que tiver conhecimento no exercício de suas atividades;

VII – acatar as convocações, decisões e atos dos órgãos do Ministério Público relacionados ao Programa MPDFT Residente;

VIII – manter a urbanidade no trato com as pessoas no ambiente de trabalho;

IX – exercer suas atividades com comprometimento, retidão e dignidade;

X – comunicar imediatamente à SGP qualquer alteração relacionada à sua atividade acadêmica;

XI – manter atualizado seu cadastro, devendo anualmente fazer o recadastramento;

XII – comunicar o pedido de desligamento com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 11. Constituem também deveres do (a) residente, quando se encontrar em trabalho remoto:

I – atender às convocações para comparecimento às dependências do órgão, sempre que houver necessidade da unidade ou interesse da Administração;

II – manter os telefones de contato atualizados e ativos nos dias úteis, no horário de funcionamento do órgão;

III – consultar nos dias úteis a sua conta de e-mail funcional, no mínimo por duas vezes, e estar disponível por meio da plataforma Teams;

IV – manter a chefia imediata e o seu (sua) orientador (a) informados acerca da evolução do trabalho e de eventuais dificuldades que possam atrasar ou prejudicar o seu andamento;

V – reunir-se, conforme definição da chefia imediata ou de seu (sua) orientador (a), para apresentar resultados parciais e finais e obter orientações e informações, de modo a proporcionar o

acompanhamento dos trabalhos;

VI – preservar o sigilo dos dados acessados de forma remota, mediante observância das normas internas de segurança da informação e de comunicação, bem como manter atualizados os sistemas institucionais instalados nos equipamentos de trabalho.

Seção IV

Das Vedações

Art. 12. Ao (À) residente é vedado:

I – assinar, mesmo que em conjunto com seu (sua) orientador (a), documento de responsabilidade privativa de integrante do Ministério Público;

II – ter comportamento incompatível com a natureza da atividade desempenhada;

III – identificar-se invocando sua condição de residente do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ou usar papéis com timbre institucional para qualquer finalidade alheia às atividades da residência ou do âmbito institucional;

IV – praticar quaisquer atos, processuais ou extraprocessuais, que exijam capacidade postulatória ou que constituam atribuição exclusiva de órgão de execução do Ministério Público, inclusive assinar ofícios, peças processuais ou manifestações nos autos;

V – exercer atividade privada incompatível com sua condição de residente;

VI – exercer advocacia ou atividades com esta relacionadas;

VII – exercer funções judiciárias e policiais, bem como atividades de juiz leigo ou de conciliador dos Juizados Especiais;

VIII – exercer estágio, remunerado ou não, exceto se curricular obrigatório, ou participar de programa de residência em outra instituição pública;

IX – exercer cargo, emprego ou função pública nos Poderes Judiciário e Legislativo ou na Administração Pública direta ou indireta de quaisquer dos entes federativos;

X – atuar sob orientação direta de membro(a) do Ministério Público ou de servidor (a) investido (a) em cargo de direção, de chefia ou de assessoramento com o qual tenha vínculo de cônjuge ou companheiro (a), ou parentesco até o terceiro grau, inclusive;

XI – desempenhar atividades em unidade diversa daquela para qual foi credenciado, sem que tenha sido realocado ou autorizada a sua permuta por decisão, em ambos os casos, da Secretaria de Gestão de Pessoas;

XII – exercer suas funções se, no momento da convocação para a vaga, tramitar:

a) procedimento administrativo em que seja parte; ou

b) em decorrência do previsto na alínea a, processo judicial no qual o (a) residente seja o (a) titular a oficiar e seu/sua cônjuge, companheiro (a), ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, inclusive até o 3º grau, seja parte ou possua interesse direto.

Parágrafo único. Aos residentes de Psicologia e de Serviço Social é facultado assinar relatórios, desde que em conjunto com o seu (sua) orientador (a).

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO SELETIVO

Art. 13. A admissão no Programa MPDFT Residente ocorrerá mediante processo seletivo, a partir de critérios estabelecidos em edital disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

§ 1º A organização, o planejamento e a realização de processo seletivo destinado à formação de cadastro de reserva para admissão de residentes ficará a cargo da Secretaria de Educação e Desenvolvimento Corporativo e da Secretaria de Gestão de Pessoas.

§ 2º O número total de vagas a serem oferecidas para o Programa será fixado por ato da Procuradoria-Geral de Justiça.

§ 3º A avaliação deverá ser composta por, pelo menos, uma prova objetiva, sem identificação do candidato, sendo aprovados aqueles que obtiverem a nota mínima estipulada, com classificação da maior para a menor nota.

§ 4º É facultada a realização de prova subjetiva, sem identificação do candidato, bem como de etapa de entrevista com os candidatos classificados, conforme previsão no edital do processo seletivo.

CAPÍTULO V

DO INGRESSO E DO TERMO DE COMPROMISSO

Art. 14. O efetivo ingresso no Programa MPDFT Residente dar-se-á por meio de termo de compromisso, após aprovação do (a) candidato (a) em processo seletivo.

Parágrafo único. O processo de contratação será realizado pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

Art. 15. Para ser investido na função, o (a) interessado (a) deverá apresentar cópias do documento de identidade com foto, do cadastro de pessoa física, do comprovante de endereço e, também, de:

I – diploma, certificado de conclusão de curso ou outro documento que comprove a colação de grau em curso compatível com a vaga desejada;

II – declaração da instituição de ensino contendo informação sobre a matrícula, a frequência regular, a estrutura curricular e a previsão de término de curso de pós-graduação de especialização, de mestrado, de doutorado ou de pós-doutorado em área jurídica ou de conhecimento definidas no Anexo Único deste Ato, caso o candidato tenha concluído a graduação há mais de 5 (cinco) anos, contados da data do protocolo de sua inscrição;

III – em se tratando de residência jurídica, documento comprobatório de suspensão do registro junto à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, caso seja inscrito;

IV – declaração de que não atua como residente ou estagiário em outra instituição pública ou privada;

V – declaração de que não é servidor (a) público (a);

VI – declaração do candidato indicando agência e conta corrente em instituição financeira para depósito dos valores referentes à bolsa residência e ao auxílio- transporte;

VII – certidões negativas criminais no âmbito das Justiças Federal e Estadual de seu domicílio dos últimos cinco anos;

VIII – cópia do certificado de reservista, no caso de candidato do sexo masculino;

IX – certidão de quitação das obrigações eleitorais;

X – currículo atualizado;

XI – outros documentos constantes do respectivo edital de processo seletivo.

§ 1º A não apresentação dos documentos elencados impossibilitará a admissão do candidato no Programa MPDFT Residente.

§ 2º Não apresentada a documentação necessária à admissão no prazo de 10 (dez) dias, mesmo depois de prorrogado, justificadamente, por igual período, o candidato será, automaticamente, excluído da seleção.

§ 3º O documento de que trata o inciso III deste artigo deverá ser apresentado semestralmente.

Seção I

Da Celebração do Termo de Compromisso

Art. 16. O termo de compromisso de residência será firmado pelo (a) residente e pela Secretaria de Gestão de Pessoas, observados os preceitos legais e regulamentares, devendo especificar, entre outras questões:

- I – as datas de início e término da residência;
- II – a carga horária semanal da jornada de atividades a que estará sujeito o (a) residente;
- III – a lotação na qual deverão ser exercidas as funções;
- IV – o curso em que o (a) estudante estiver matriculado (a), quando for o caso;
- V – o nome do (a) orientador (a) da residência;
- VI – as atribuições do (a) residente, observado o disposto neste Ato e no edital do processo seletivo.

Parágrafo único. Sempre que se alterarem as características elencadas no art. 15, deverá o termo de compromisso ser aditado.

CAPÍTULO VI

DA TRANSFERÊNCIA

Art. 17. É permitida a realização de permuta entre os (as) residentes, desde que haja anuência dos (as) orientadores (as) e seja observada a conveniência administrativa.

Parágrafo único. O procedimento de permuta ou transferência dos (as) residentes somente poderá ser realizado por meio da Secretaria de Gestão de Pessoas, sendo vedado ao (à) membro (a) ou responsável pela unidade movimentar o (a) residente para outra unidade sem o referido procedimento.

CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO E DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO

Art. 18. A aprovação no Programa MPDFT Residente deve obedecer aos seguintes critérios:

- I – aprovação pelo (a) orientador (a) por meio de relatórios semestrais, nos termos da presente Portaria;
- II – frequência mínima de 75%;
- III – apresentação de Trabalho de Conclusão do Programa – TCP, aprovado pelo (a) orientador (a); e
- IV – cumprimento de carga horária mínima de 5% em cada uma das atividades: ensino, pesquisa e extensão.

Art. 19. O (A) residente terá seu desempenho avaliado semestralmente pelo (a) orientador (a) da residência, com base nos seguintes critérios:

- I – assiduidade e pontualidade;
- II – qualidade do trabalho;
- III – interesse e receptividade a orientações;
- IV – confiabilidade e responsabilidade;
- V – relacionamento interpessoal;
- VI – disciplina e observância de normas legais e regulamentares.

§ 1º Para cada um dos critérios definidos nos incisos deste artigo deverá ser atribuída pontuação de 1 (um) a 10 (dez).

§ 2º A nota semestral de avaliação de desempenho corresponderá à média aritmética simples das pontuações obtidas na forma do § 1º deste artigo.

§ 3º A nota final de avaliação de desempenho do (a) residente corresponderá à média aritmética simples das notas semestrais obtidas pelo (a) residente.

§ 4º Será considerado aprovado (a) na avaliação de desempenho o (a) residente que obtiver nota final de avaliação de desempenho superior a 60 (sessenta) pontos.

§ 5º Caso haja mudança de orientador (a), este deverá avaliar o (a) residente até a data da efetiva desvinculação e o (a) seu (sua) sucessor (a) deverá complementar a avaliação, fazendo os devidos registros.

Art. 20. Fará *jus* ao Certificado de Conclusão o (a) residente que cumprir os critérios previstos nos arts. 18 e 19 desta Portaria.

§ 1º O Certificado de Conclusão do Programa MPDFT Residente será expedido pela Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP ao término da residência, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I – o período de realização da residência;
- II – a jornada de atividades a que o (a) residente esteve sujeito (a);
- III – o total de horas cumpridas;
- IV – os locais de realização de residência.

§ 2º O certificado será assinado pelo Procurador-Geral de Justiça.

CAPÍTULO VIII

DO DESLIGAMENTO

Art. 21. O desligamento do (a) residente ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I – ao término do período previsto no termo de compromisso ou ao completar o período máximo de permanência no programa de residência;

II – a pedido do (a) residente;

III – de ofício, por interesse ou conveniência do Ministério Público;

IV – quando houver a prática de ato incompatível com a boa conduta ou avaliação da conduta como antiética ou antiprofissional, a ser especificada pelo (a) orientador (a);

V – por abandono, caracterizado pela ausência não justificada por mais de 8 (oito) dias consecutivos ou por 15 (quinze) dias intercalados no período de 12 (doze) meses;

VI – por descumprimento, pelo (a) residente, de cláusula do termo de compromisso;

VII – por violação a quaisquer dos incisos dos arts. 10, 11 ou 12 desta Portaria; ou

VIII – por conclusão, trancamento, desistência ou qualquer outro motivo que gere o afastamento do (a) residente de seu curso, quando for o caso.

§ 1º O desligamento se dará automaticamente nas hipóteses dos incisos I, II, III e V, e no caso de o (a) residente obter nota de avaliação de desempenho inferior a 6,0 (seis) pontos por 2 (duas) vezes seguidas ou 3 (três) vezes alternadas.

§ 2º Havendo desligamento por uma das hipóteses previstas nos incisos IV a VII deste artigo, não será possível a readmissão no Programa MPDFT Residente, mesmo que por meio de outro processo seletivo, nem a emissão do Certificado de Conclusão do Programa, ainda que preenchidos os critérios previstos no art. 18.

§ 3º O impedimento previsto no §2º será declarado e certificado pela Secretaria de Gestão de Pessoas por ocasião da rescisão do termo de compromisso e constará dos assentamentos funcionais do (a) residente.

CAPÍTULO IX

DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS – SGP

Art. 22. Compete à Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP:

I – controlar a distribuição das vagas do Programa MPDFT Residente, conforme determinado pela Administração Superior;

II – controlar a frequência do (a) residente;

III – gerar folha para o pagamento da bolsa-residência e do auxílio-transporte;

IV – processar os pedidos de desligamento dos (as) residentes;

V – prestar apoio ao (à) orientador (a) e ao (à) residente nos assuntos afetos às respectivas atribuições;

VI – decidir sobre pedidos de realocação e permutas;

VII – disponibilizar formulário de avaliação do (a) residente;

VIII – emitir Certificado de Conclusão do Programa MPDFT Residente, com as informações sobre duração e atividades desenvolvidas, desde que cumpridos os requisitos desta Portaria.

CAPÍTULO X

DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CORPORATIVO – SECOR

Art. 23. Compete à Secretaria de Educação e Desenvolvimento Corporativo – Secor:

I – reservar vagas para os (as) residentes nos cursos internos oferecidos a membros (as) e servidores (as);

II – aplicar avaliação do Programa MPDFT Residente aos (às) residentes, permitindo o aprimoramento contínuo desse Programa no âmbito do MPDFT;

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24. O Programa MDFT Residente será desenvolvido a partir de projeto pedagógico específico.

Art. 25. A Secretaria de Polícia Institucional – SPI procederá à pesquisa e ao relatório sobre a conduta social do (a) candidata (a) aprovado (a), como também a existência de eventuais registros de antecedentes criminais.

Art. 26. O relatório da SPI respeitará as hipóteses legais de sigilo e conterà, ao final, parecer pela celebração ou não do termo de compromisso com o (a) candidato (a) convocado (a). Havendo manifestação negativa, o caso será encaminhado para deliberação da Secretaria-Geral.

Art. 27. Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 28. Fica revogada a Portaria Normativa PGJ nº 971, de 13 de dezembro de 2023.

Art. 29. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA NORMATIVA Nº 986, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024**PROGRAMA DE RESIDÊNCIA****ÁREAS DE CONHECIMENTO DIVERSAS DO DIREITO**

O Programa de Residência em Área Diversa do Direito contará com vagas oferecidas para profissionais de ramos do conhecimento diversos do Direito, nas seguintes áreas de atuação:

1. Administração
2. Psicologia
3. Serviço Social
4. Letras
5. Comunicação Social
6. Design Gráfico
7. Educação
8. Tecnologia da Informação
9. Engenharia Ambiental
10. Ciências Contábeis
11. Geoprocessamento
12. Gestão Pública
13. Gestão Financeira
14. Estatística



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, **Procurador-Geral de Justiça**, em 22/02/2024, às 18:57, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0909055** e o código CRC **70672E38**.

19.04.3218.0105856/2023-82



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
1ª e 2ª CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO CÍVEIS ESPECIALIZADAS**

PAUTA – 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**27 de FEVEREIRO de 2024, às 15h
Sessão em Ambiente Virtual (Microsoft Teams)**

**Coordenador Administrativo Substituto das Câmaras
de Coordenação e Revisão**

MOISÉS ANTÔNIO DE FREITAS

**Membros
EXPEDIENTE**

1ª Câmara Cível

Maria Rosynete de O. Lima
Coordenadora
Membros Titulares
Márcia Pereira da Rocha
Laura Beatriz C. B. A. S. Rito

2ª Câmara Cível

Vítor Fernandes Gonçalves
Coordenador
Membros Titulares
Leonora Brandão M. P. Pinheiro
Alessandra Elias de Queiroga

ORDEM DO DIA

PROCESSO DE COORDENAÇÃO

1 - Processo SEI nº 19.04.6012.0095939/2023-18

Interessados: 1ª Unidade-fim Operacional de Feitos de Fazenda Pública e
6ª Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social.

Relator: Dr. Vítor Fernandes Gonçalves.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
1ª e 2ª CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO CÍVEIS ESPECIALIZADAS

Assunto: Conflito negativo de atribuição.

MOISÉS ANTÔNIO DE FREITAS
Coordenador Administrativo Substituto das Câmaras
de Coordenação e Revisão
Procurador de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DA ORDEM JURÍDICA CÍVEL ESPECIALIZADA

PAUTA DE JULGAMENTO 2ª/2024 - DA 6ª CÂMARA CÍVEL - SESSÃO ORDINÁRIA

29 de fevereiro de 2024, às 10h

Sessão Presencial - Via Microsoft TEAMS

(Edifício Sede do MPDFT, Praça do Buriti, Lote 02, 9º Andar, Sala nº 951)

Coordenador

ALEXANDRE FERNANDES GONÇALVES

Procurador de Justiça

Coordenador

Membros Titulares

ELINE LEVI PARANHOS

Procuradora de Justiça

Membro Titular

JOSÉ VALDENOR QUEIROZ JÚNIOR

Procurador de Justiça

Membro Titular

EXPEDIENTE

1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR

A. 1ª/2024 Sessão Ordinária, realizada no dia 30 de janeiro 2024.

2. COMUNICAÇÕES DO COORDENADOR

A. Os membros da 6ª Câmara Cível despacharam os expedientes recebidos via sistema NEOGAB, no período de 01 a 31 de janeiro de 2024 da seguinte forma:

- **Coordenador – DR. ALEXANDRE FERNANDES GONÇALVES:** 21 expedientes
- **1º Membro Titular – DRA. ELINE LEVI PARANHOS:** -
- **2º Membro Titular – DR. JOSÉ VALDENOR QUEIROZ JÚNIOR:** 99 expedientes

ORDEM DO DIA

Relator: Procurador de Justiça Dr. ALEXANDRE FERNANDES GONÇALVES - Coordenador

1. PP 08192.051035/2023-11 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Paulo Roberto Binicheski

Interessado(s): Júlio César Lérias Ribeiro e outros

Assunto: Aquisição de produtos com vício de qualidade

2. NF 08192.009669/2024-44 – NeoGab Extrajudicial (Recurso) – 3ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Paulo Roberto Binicheski

Interessado(s): Juliana dos Santos de Sousa e outro

Assunto: Possível falha na cobrança da fatura de consumo

3. ICP 08192.156035/2023-07 – NeoGab Extrajudicial – 4ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Leonardo Jubé de Moura

Interessado(s): Meyre Fátima Guimarães e outros

Assunto: Cláusula abusiva para pagamento de prêmio de seguro

4. PA 08192.041900/2023-11 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PROEDUC

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Anderson Pereira de Andrade

Interessado(s): Carlos Antonio Sarina e outros

Assunto: Falta de professor

Relatora: Procuradora de Justiça Dra. ELINE LEVI PARANHOS – Membro Titular

1. PP 08192.145517/2023-23 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Paulo Roberto Binicheski

Interessado(s): Silvestrin Frutas Ltda. - CEASA de Brasília e outro

Assunto: Uso indevido de agrotóxicos

2. PP 08192.019897/2023-41 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Paulo Roberto Binicheski

Interessado(s): Lunuse da Silva Queiroz Silva Queiroz e outro

Assunto: Venda casada na exigência de aquisição de livros didáticos

3. PP 08192.055711/2023-18 – NeoGab Extrajudicial – 3ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Leonardo Jubé de Moura

Interessado(s): Igor Ribeiro Oliveira e outros

Assunto: Possibilidade da prática de estágio à distância para os cursos de bacharelado em enfermagem

4. NF 08192.193407/2023-78 – NeoGab Extrajudicial (Recurso) – 4ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Leonardo Jubé de Moura

Interessado(s): Jemina do Carmo Pignataro e outro

Assunto: Suposta violação a direito do consumidor

5. NF 08192.165460/2023-89 – NeoGab Extrajudicial (Recurso) – 4ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Leonardo Jubé de Moura

Interessado(s): Cornélio José de Santiago Filho e outro

Assunto: Suposta violação a direito do consumidor

6. PP 08192.078776/2023-31 – NeoGab Extrajudicial – 4ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Leonardo Jubé de Moura

Interessado(s): Associação de Proprietários do Residencial Santa Mônica e outros

Assunto: Práticas abusivas por parte de empresas construtoras

7. PP 08192.053297/2023-11 – NeoGab Extrajudicial – 4ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Leonardo Jubé de Moura

Interessado(s): Moradores do Condomínio Venice Park e outros

Assunto: Alegação de danos coletivos

8. PA 08192.040782/2023-16 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PROEDUC

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Anderson Pereira de Andrade

Interessado(s): Michelli Moraes e outro

Assunto: Alegação de falta de monitor exclusivo para atendimento de estudante

9. PA 08192.005408/2023-74 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PROEDUC

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Anderson Pereira de Andrade
Interessado(s): Ruth Sousa e outros
Assunto: Atendimento especializado

10. PA 08192.204771/2022-90 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PROEDUC

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Anderson Pereira de Andrade
Interessado(s): Colégio Militar Tiradentes e outro
Assunto: Suposta abordagem rigorosa com crianças e adolescentes

11. PA 08192.202235/2022-50 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PROEDUC

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Anderson Pereira de Andrade
Interessado(s): Regislane C. P. Lima e outros
Assunto: Alegação de atitude desrespeitosa de professor

Relator: Procurador de Justiça Dr. JOSÉ VALDENOR QUEIROZ JÚNIOR – Membro Titular

1. PP 08192.056009/2023-71 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Paulo Roberto Binicheski
Interessado(s): Letícia Seabra Melo Fernandes e outro
Assunto: Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

2. ICP 08192.070073/2023-65 – NeoGab Extrajudicial (Sigiloso) – 2ª PRODECON

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Frederico Meinberg Ceroy
Interessado(s): I. S. C. e outros
Assunto: Apurar cláusulas contratuais abusivas em contrato de prestação de serviços educacionais.

3. PA 08192.100668/2022-71 – NeoGab Extrajudicial – 1ª PROEDUC

Promotor(a) de Justiça Oficiante: Dr. Anderson Pereira de Andrade
Interessado(s): Raquel Pereira e outros
Assunto: Atendimento Especializado

MANIFESTAÇÃO DO COORDENADOR

MANIFESTAÇÃO DOS MEMBROS

Brasília, fevereiro de 2024.

ALEXANDRE FERNANDES GONÇALVES

Coordenador

Procurador de Justiça



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

PAUTA – 4ª SESSÃO DA 2ª CÂMARA CRIMINAL - EXTRAORDINÁRIA

28 de fevereiro de 2024, às 10h

**Sessão Híbrida -Vídeoconferência –
Microsoft Teams/ Presencial**

(Edifício Sede do MPDFT, Praça do Buriti, Lote 02, 9º Andar, Sala nº 951)

**Coordenadora
MARTA ALVES DA SILVA**

**MOISÉS ANTÔNIO DE FREITAS - Membro Titular
JULIANA POGGIALI GASPARONI - Membro Titular**

EXPEDIENTE

1. APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES

- A.** Ata da 2ª Sessão da 2ª Câmara Criminal - Ordinária, de 08 de Fevereiro de 2024.
- B.** Ata da 3ª Sessão da 2ª Câmara Criminal - Extraordinária, de 21 de fevereiro de 2024.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

2. COMUNICAÇÕES - Os membros da 2ª Câmara Criminal despacharam os expedientes recebidos via sistema NEOGAB, no período de 01 a 23 de fevereiro, da seguinte forma:

- **Coordenadora:** Dra Marta Alves da Silva - **19** expedientes

- **1º Membro Titular:** Dr. Moisés Antônio de Freitas – **31** expedientes

- **2º Membro Titular:** - Dra. Juliana Poggiali Gasparoni e Oliveira - **15** expedientes

ORDEM DO DIA

**PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP RELATORIADA
DRA. MARTA ALVES DA SILVA – COORDENADORA**

1.PJE nº 0701263-02.2024.8.07.0006 – 2º Juizado Especial Cível e Criminal de Sobradinho (nº 08192.019624/2024-88 do MPDFT)

Autor do Fato: Suilha Alves de Sousa

Vítima: William Ferreira de Azevedo

Incidência Penal: Vias de Fato, injúria e ameaça



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

2.PJE nº 0709638-84.2023.8.07.0019 – Vara Criminal e do Tribunal do Júri do Recanto das Emas (nº 08192.201841/2023-39 do MPDFT)

Autor do Fato: Lucas Rego Lima

Incidência Penal: Art. 16, § 1º, inciso IV, da Lei nº 10.826/03

Advogado: Naira Alves Pereira – OAB/DF 53.786

3.PJE nº 0738969-62.2023.8.07.0003 – 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Ceilândia (nº 08192.235266/2023-78 do MPDFT)- SIGI-LOSO

Autor do Fato: J. K. D. de S.

Vítima: A. F. de B.

Incidência Penal: Ameaça

4.PJE nº 0700463-71.2024.8.07.0006 – 1º Juizado Especial Cível e Criminal de Sobradinho (nº 08192.008621/2024-19 do MPDFT)

Autor do Fato: Em apuração

Vítima: Em apuração

Incidência Penal: Vias de Fato, lesão corporal e ameaça

5.PJE nº 0707598-81.2022.8.07.0014 – Vara Criminal e do Tribunal do Júri do Guará (nº 08192.145998/2022-96 do MPDFT)

Autor do Fato: José de Almeida Barbosa Neto

Incidência Penal: Art. art. 302, *caput*, da Lei nº 9.503/97

Advogado: Bruno Caleo Araruna de Oliveira – OAB/DF 41.574



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

COMUNICAÇÃO DE DECISÃO MONOCRÁTICA EM PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP RELATORIA DA DRA. MARTA ALVES DA SILVA – COORDENADORA

1.PJE nº 0712473-02.2023.8.07.0001 – 2ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal (nº 08192.055243/2023-20 do MPDFT)

Autores do Fato: Luciene Ribeiro Souza e outros

Incidência Penal: Art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/06

Advogado: Géssica Colaci – OAB/DF nº 49.991

PROCESSOS NEOGAB EXTRAJUDICIAL - ARQUIVAMENTOS

1.Recurso na NF n.º 08192.211754/2023-90

Origem: 3ª Promotoria de Justiça Criminal de Sobradinho

Noticiante: Elson Edson Ferreira e Silva

Assunto: Crimes de ameaça, fraude processual e perseguição

2. NF n.º 08192.234486/2023-84

Origem: 3ª Promotoria de Justiça Militar

Vítimas: Pedro da Costa Souza

Francisco Pedro Pereira da Silva

Assunto: Agressões físicas experimentadas por preso em flagrante



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

3. NF n.º 08192.170515/2023-72 (Sigiloso)

Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional de Crimes contra a Criança e o Adolescente

Vítimas: L. S. C. M.

B. C. P.

Assunto: Abuso sexual

**COMUNICAÇÃO DE DECISÃO MONOCRÁTICA EM PROCESSO DO
NEOGAB EXTRAJUDICIAL - DRA. MARTA ALVES DA SILVA – COOR-
DENADORA**

1.NF n.º 08192.233571/2023-25

Origem: 3ª Promotoria de Justiça Militar

Vítima: Gilvan Rodrigues Júnior

Assunto: Agressões físicas experimentadas por preso em flagrante

2.NF n.º 08192.234341/2023-83

Origem: 1ª Promotoria de Justiça Militar

Vítima: Abinadabi Santana Gomes

Assunto: Agressões físicas experimentadas por preso em flagrante

3.NF n.º 08192.232582/2023-98

Origem: 3ª Promotoria de Justiça Militar

Vítima: Ray Johnathan Sousa Mendes

Assunto: Agressões físicas experimentadas por preso em flagrante



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

4.NF n.º 08192.219635/2023-85

Origem: 3ª Promotoria de Justiça Militar

Vítima: Anderson Rodrigues dos Santos

Assunto: Agressões físicas experimentadas por preso em flagrante

5.NF n.º 08192.217933/2023-31

Origem: 3ª Promotoria de Justiça Militar

Vítima: Tailson de Sousa Ferragem

Assunto: Agressões físicas experimentadas por preso em flagrante

**PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP - RELATORIA
DO DR. MOISÉS ANTÔNIO DE FREITAS – 1º. MEMBRO TITULAR :**

1.PJe 0749217-93.2023.8.07.0001 - 4ª Vara de Entorpecentes do DF

Investigado: Nelson Junio da Silva Sobrinho

Incidência Penal: Art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/06 e art. 16, *caput*, da Lei n.º 10.826/03

Advogado: RICARDO KOS JUNIOR- OAB/DF 31535

2.PJe 0728504-68.2021.8.07.0001 - 4ª Vara Criminal de Brasília

Vítima: Bruno Alves de Sousa

Incidência penal: Art. 121, §§ 3º e 4º do Código Penal



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

3.PJe 0700255-84.2024.8.07.0007 - 2ª Vara Criminal de Taguatinga

Investigado: Tiago Sousa Oliveira

Vítima: Oscarina lopes Gomes

Incidência penal: Art. 2º da Lei Nº 7.716/89

4.PJe 0700574-98.2023.8.07.0003 - 1ª Vara Criminal de Ceilândia

Investigado: Elton Lima da Silva

Vítima: José Fernando de Jesus

Incidência penal: Art. 303, *caput*, e 306, *caput*, ambos do Código de Trânsito Brasileiro

**5.PJe nº 0702621-85.2022.8.07.0001– 1ª Vara Criminal da Circunscrição
Judiciária de Brasília**

Réu: Gastão Camimura

Incidência penal: art. 1º, II, c/c o art. 2º, I, ambos da Lei nº 8.137/90, c/c o art. 71 do Código Penal

Advogado: Antonio Alberto do Vale Cerqueria - OAB/DF nº 15.106

PROCESSOS NEOGAB EXTRAJUDICIAL - ARQUIVAMENTOS

1.Recurso na NF nº 08192.200295/2023-19

Origem: 10ª Promotoria de Justiça Criminal de Ceilândia



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

Recorrente: Márcio Miranda dos Santos

Assunto: Suposta prática de denúncia caluniosa

Advogado: Hercílio de Azevedo Aquino - OAB/DF Nº 33.148

**COMUNICAÇÃO DE DECISÃO MONOCRÁTICA EM PROCESSO DO
NEOGAB EXTRAJUDICIAL - DR. MOISÉS ANTÔNIO DE FREITAS –
1o. MEMBRO TITULAR :**

1.NF Nº 08192.015206/2024-11

Origem: 1ª Promotoria de Justiça Militar

Assunto: Suposta agressão física praticada contra custodiado

2.NF Nº 08192.234289/2023-65

Origem: 1º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial

Assunto: Suposta conduta ilegal de policiais

3.NF 08192.203797/2023-00 (Sigiloso)

Origem: Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional

Assunto: Supostas agressões físicas e perseguição em face de custodiado

4.NF Nº 08192.006024/2024-50

Origem: 10ª Promotoria de Justiça Criminal de Brasília

Assunto: Oferta de diplomas e carteiras de habilitação falsos



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

5.NF N° 08192.001576/2024-71

Origem: 3º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial – 3º NCAP

Assunto: Suposta conduta irregular de delegado de polícia

6.NF N° 08192.024708/2024-33

Origem: 2ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e de Defesa da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar de São Sebastião

Assunto: Suposto crime de desobediência

7. NF n° 08192.016910/2024-91 (Sigiloso)

Origem: 1ª Promotoria de Justiça Militar

Assunto: Suposta agressão física praticada contra custodiado

**PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP RELATORIA DA
DRA. JULIANA POGGIALI GASPARONI E OLIVEIRA – 2o. MEMBRO TI-
TULAR**

1.Pje n° 0720019-51.2023.8.07.0020 - PA n.º 08190.001381/23-17 (Sei n.º 19.04.3670.0099474/2023-37)

Autora do Fato: Amália Ramalho de Caldas

Vítima: Fábio Alves Damacena Lima

Incidência Penal: Artigo 339, do Código Penal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

2.PJe n.º 0741700-37.2023.8.07.0001 (n.º 08192.188140/2023-05)

Autor do Fato: Alcir Xavier Vitória Júnior

Vítima: Luiz Carlos de Oliveira

Incidência Penal: Art. 305 do CPB

Advogada: Karen Cristina Marques Lima – OAB/DF n.º 64.829

3.PJe n.º 0717254-52.2023.8.07.0006 (n.º 08192.235090/2023-54)

Autor do Fato: Paulo Luz Souza Santos

Vítima: Terezinha de Castro

Incidência Penal: Art. 42 da LCP

Advogado: Helder Lucio Rego – OAB/DF n.º 35.301

COMUNICAÇÃO DE DECISÃO MONOCRÁTICA EM PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP RELATORIA DA DRA. JULIANA POGGIALI GASPARONI E OLIVEIRA – 2o. MEMBRO TITULAR

1.PJe n.º 0700491-39.2024.8.07.0006 (n.º 08192.010276/2024-83)

Autor do Fato: João Suender Moreira

Vítima: Tais Bennato

Incidência Penal: Art. 147-B do CPB

PROCESSOS NEOGAB EXTRAJUDICIAL - ARQUIVAMENTOS

1.Recurso na NF n.º 08192.158127/2023-13 – NeoGab Extrajudicial (Segredo de Justiça)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

Origem: Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial – NCAP

Envolvido: L. C. P. S.

Assunto: Demora na instauração de procedimento investigatório.

COMUNICAÇÃO DE DECISÃO MONOCRÁTICA NEOGAB EXTRAJUDICIAL:

1.PIC n.º 08192.199955/2022-21 – Sigiloso

Origem: Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional - NUPRI

Envolvidos: M. F.

M. R. M.

Assunto: Agressões contra internos.

2.NF n.º 08192.144037/2023-45

Origem: 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Brasília

Envolvidos: Márcia dos Santos da Silva

Banco de Brasília S.A. – BRB

Assunto: Desobediência

3.PP n.º 08192.055426/2023-05

Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde

Envolvido: Weldson Muniz Pereira

Assunto: Acordo de Não Persecução Penal.

Advogada: Alexia Ruiz González Paulon – OAB/DF n.º 76.310



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

COMUNICAÇÕES DOS MEMBROS

MARTA ALVES DA SILVA
Coordenadora
Procuradora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG Nº 250/2024

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 19.04.3273.0008186/2024-78;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria Normativa SG nº 125, de 5 de maio de 2017, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, os procedimentos relativos ao ingresso, controle, movimentação e desfazimento de materiais permanentes,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir **Comissão de Desfazimento** para proceder à avaliação e classificação de bens móveis de propriedade do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para doação.

Art. 2º Designar os servidores **WERCILENE OLIVEIRA COSTA GUIMARÃES**, matrícula nº 4304, **ANTÔNIO CARLOS MAÇÃO**, matrícula nº 898, e **CLEITON MOREIRA BARROS**, matrícula nº 3136, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão.

Art. 3º A Comissão de Desfazimento deverá executar os trabalhos no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado eletronicamente)

CLAUDIA MARIA RAMOS



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA MARIA RAMOS**, **Secretária-Geral Adjunta**, em 22/02/2024, às 20:26, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0909087** e o código CRC **36A96251**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG Nº 251/2024

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do processo nº 19.04.5462.0016687/2024-04,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a contar de 04/03/2024, a servidora **KATIA DA SILVA SANGALETI**, matrícula 2949-1, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Seção de Controle de Atendimento da Ouvidoria, código CC-01 (50010023).

Art. 2º Dispensar, a contar de 04/03/2024, a servidora **KATIA DA SILVA SANGALETI**, matrícula 2949-1, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, do encargo de substituta do cargo em comissão de Chefe da Seção de Controle de Atendimento da Ouvidoria, código CC-01 (50010023).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado Eletronicamente)
CLÁUDIA MARIA RAMOS



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA MARIA RAMOS, Secretária-Geral Adjunta**, em 22/02/2024, às 20:25, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdf.t.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0910421** e o código CRC **A898C082**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG Nº 252/2024

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do processo nº 19.04.5462.0016410/2024-14,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a contar de 04/03/2024, a servidora **SUELY GOMES DE CARVALHO**, matrícula 1380-3, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Seção de Tratamento de Informações, Dados e Relatórios da Ouvidoria, código CC-01 (50010021), exonerando-a, em consequência, do cargo em comissão de Chefe da Seção de Controle de Atendimento da Ouvidoria, código CC-01 (50010023).

Art. 2º Designar, a contar de 04/03/2024, a servidora **SUELY GOMES DE CARVALHO**, matrícula 1380-3, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Subsecretário Operacional da Ouvidoria, código CC-02 (50010020).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado Eletronicamente)
CLÁUDIA MARIA RAMOS



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA MARIA RAMOS**, Secretária-Geral Adjunta, em 22/02/2024, às 20:25, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0910431** e o código CRC **0B5CD962**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG Nº 253/2024

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018,

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 — Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO a edição da Portaria Normativa nº 876, de 3 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a elaboração de estudo técnico preliminar – ETP para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

CONSIDERANDO a edição da Portaria Normativa nº 877, de 3 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR para aquisição de bens e contratação de serviços no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização, celeridade nos trabalhos e diminuição de riscos que possam comprometer as contratações pretendidas,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir comissão para proceder ao planejamento das contratações referente ao processo 19.04.4586.0055476/2023-58 - aquisição de tapetes para o MPDFT, cabendo à referida comissão as definições em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos, especificações técnicas, riscos, análise da viabilidade técnica e econômica da contratação e demais características, por meio dos seguintes documentos:

- I. Estudos Técnicos Preliminares;
- II. Termo de Referência;
- III. Mapa de Riscos.

Art. 3º Designar os servidores **SALETTE ALVES DE CARVALHO**, matrícula nº 3601-3, **RITA CANDEIA CHIBA DE SOUZA LIMA**, matrícula nº 5526; e **MAICON JOSÉ DOS SANTOS**, matrícula nº 3213, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão.

Art. 4º Estabelecer que a comissão designada no art. 1º tem caráter permanente.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado eletronicamente)
CLAUDIA MARIA RAMOS



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA MARIA RAMOS, Secretária-Geral Adjunta**, em 22/02/2024, às 20:24, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0910755** e o código CRC **B316E79B**.

19.04.4586.0108941/2023-57

0910755v3



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Secretaria-Geral - SG
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DECISÃO ADMINISTRATIVA - DEFERIDO/AUTORIZADO

SEI: 19.04.4204.0010539/2022-91

INTERESSADO: RUTERSON VIEIRA TEIXEIRA DE FREITAS

ASSUNTO: MIGRAÇÃO DE REGIME – BENEFÍCIO ESPECIAL

TERMO DE RECONHECIMENTO DE BENEFÍCIO ESPECIAL

RECONHEÇO o Benefício Especial no valor de **R\$ 5.820,14** (cinco mil, oitocentos e vinte reais e catorze centavos), em favor de **RUTERSON VIEIRA TEIXEIRA DE FREITAS**, mat. 4282, ocupante do cargo de Analista do MPU/Perito em Medicina do Trabalho, nos termos do art. 3º da Lei nº 12.618/2012, tendo em vista a migração para o Regime Próprio de Previdência Social com os benefícios limitados ao teto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, realizada em 28 de novembro de 2022.

Para cálculo do Benefício Especial, foram considerados, além do tempo de contribuição exercido junto a este Ministério Público, o tempo devidamente averbado de regimes próprios decorrentes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme método de cálculo disciplinado pelos §§ 2º e 3º do art. 3º da Lei nº 12.618/2012 e orientações constantes da Portaria Conjunta STF/MPU nº 3/2018.

Destaca-se que a averbação de tempo de serviço em momento posterior, bem como a inclusão ou exclusão de contribuições na base de cálculo, poderão ensejar a revisão do Benefício Especial. Por fim, cabe apontar que o Benefício Especial será atualizado conforme dispõe o § 6º do art. 3º da Lei nº 12.618/2012 e pago pelo órgão competente da União, por ocasião da concessão de aposentadoria, inclusive por invalidez, ou pensão por morte pelo regime próprio de previdência da União, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, enquanto perdurar o benefício pago por esse regime.

Dê-se ciência, registre-se e publique-se.

(Assinado Eletronicamente)

CLAUDIA MARIA RAMOS

Secretária-Geral Adjunta do MPDFT



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA MARIA RAMOS, Secretária-Geral Adjunta**, em 22/02/2024, às 20:26, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0909435** e o código CRC **6CD3E2A2**.

19.04.4204.0010539/2022-91

0909435v2

Sumário

Capa	p. 1
Procuradoria-Geral de Justiça	p. 2
Portaria 0155/2024	p. 2
Portaria 0157/2024	p. 3
Portaria 0159/2024	p. 5
Portaria 0160/2024	p. 7
Portaria 0162/2024	p. 9
Portaria 0163/2024	p. 11
Portaria 0173/2024	p. 13
Portaria 0174/2024	p. 15
Portaria 0175/2024	p. 17
Portaria 0176/2024	p. 18
Portaria Normativa 0986/2024	p. 20
Pautas de Julgamento 001	p. 32
Pautas de Julgamento 2-2024-6	p. 34
Pautas de Julgamento 4-24-2	p. 39
Portaria 250/2024	p. 51
Portaria 251/2024	p. 53
Portaria 252/2024	p. 54
Portaria 253/2024	p. 55
Termo de Reconhecimento de Benefício Especial 60/2024	p. 57
Câmaras de Coordenação e Revisão	p. 59
Portaria 0155/2024	p. 59
Portaria 0157/2024	p. 60
Portaria 0159/2024	p. 62
Portaria 0160/2024	p. 64
Portaria 0162/2024	p. 66
Portaria 0163/2024	p. 68
Portaria 0173/2024	p. 70
Portaria 0174/2024	p. 72
Portaria 0175/2024	p. 74
Portaria 0176/2024	p. 75
Portaria Normativa 0986/2024	p. 77
Pautas de Julgamento 001	p. 89

Pautas de Julgamento 2-2024-6	p. 91
Pautas de Julgamento 4-24-2	p. 96
Portaria 250/2024	p. 108
Portaria 251/2024	p. 110
Portaria 252/2024	p. 111
Portaria 253/2024	p. 112
Termo de Reconhecimento de Benefício Especial 60/2024.....	p. 114
Secretaria-Geral.....	p. 116
Portaria 0155/2024	p. 116
Portaria 0157/2024	p. 117
Portaria 0159/2024	p. 119
Portaria 0160/2024	p. 121
Portaria 0162/2024	p. 123
Portaria 0163/2024	p. 125
Portaria 0173/2024	p. 127
Portaria 0174/2024	p. 129
Portaria 0175/2024	p. 131
Portaria 0176/2024	p. 132
Portaria Normativa 0986/2024.....	p. 134
Pautas de Julgamento 001	p. 146
Pautas de Julgamento 2-2024-6	p. 148
Pautas de Julgamento 4-24-2	p. 153
Portaria 250/2024	p. 165
Portaria 251/2024	p. 167
Portaria 252/2024	p. 168
Portaria 253/2024	p. 169
Termo de Reconhecimento de Benefício Especial 60/2024.....	p. 171
Sumário.....	p. 173